

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	14
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	15
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	20
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	20
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS.....	21
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	22
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	24
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	24
13. INVESTIMENTOS	29
14. IMOBILIZADO	40
15. INTANGÍVEIS	42
16. FORNECEDORES.....	43
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	44
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	45
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	48
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	48
21. PROVISÕES.....	49
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	56
23. RECEITA	56
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	59
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	63
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	64
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	67
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	74
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS	76
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	79
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	79
DESEMPENHO ECONÔMICO–FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	84
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	96

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	389.720	373.901	283.703
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	274.070	274.070	1.898.751
Consumidores e Revendedores	7	651.805	609.807	970.079
Concessionários - Transporte de Energia		40.758	40.758	37.942
Ativo Financeiro da Concessão	12	13.233	13.233	13.233
Tributos Compensáveis	8	55.989	55.989	41.502
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9	137.090	137.090	77.029
Dividendos a Receber		9.539	9.539	8.472
Estoques		4.182	4.182	4.631
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.078	16.078	13.097
Adiantamento a Fornecedores	26	51.397	51.397	86.941
Outros Créditos		81.507	82.136	81.239
TOTAL DO CIRCULANTE		1.725.368	1.668.180	3.516.619
NÃO CIRCULANTE				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	18.417	18.417	18.053
Tributos Compensáveis	8	21.102	21.102	23.797
Depósitos Vinculados a Litígios	11	229.133	229.133	221.129
Transações com Partes Relacionadas		5.078	5.065	1.709
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		50.708	50.708	50.209
Adiantamento a Fornecedores	26	110.042	110.042	60.000
Outros Créditos (1)		330.843	330.842	325.983
Ativo Financeiro da Concessão	12	4.913.989	2.651.301	2.034.632
Investimentos	13	6.194.534	8.510.711	5.752.448
Imobilizado	14	3.225.705	3.225.705	3.307.676
Intangíveis	15	36.003	36.003	36.109
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.135.554	15.189.029	11.831.745
TOTAL DO ATIVO		16.860.922	16.857.209	15.348.364

(1) Inclui o valor de R\$219.869 referente à transferência do ativo imobilizado da Usina de São Simão para o ativo realizável a longo prazo. Mais informações ver nota explicativa 4.

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	18	2.239.778	2.239.778	2.129.984
Debêntures	18	1.337.931	1.337.931	701.495
Fornecedores	16	368.506	368.100	331.823
Imposto de Renda e Contribuição Social		1.516	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17	77.858	75.968	133.870
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		350.000	350.000	718.137
Salários e Encargos Sociais		64.295	64.295	50.549
Encargos Regulatórios	19	58.978	58.978	56.019
Participação dos Empregados e Administradores		3.387	3.387	26.774
Resultado				
Obrigações Pós-Emprego	20	42.222	42.222	38.048
Concessões a Pagar		2.900	2.900	2.811
Bonificação pela Outorga - Leilão 12/2015	12	827.921	827.921	-
Outras Obrigações		58.254	58.360	70.285
TOTAL DO CIRCULANTE		5.433.546	5.429.840	4.259.795
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	18	886.429	886.429	892.438
Debêntures	18	3.593.261	3.593.261	4.015.155
Provisões	21	98.473	98.473	77.710
Obrigações Pós-Emprego	20	702.691	702.691	683.422
Impostos, Taxas e Contribuições	17	101.233	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social	10a	548.283	548.275	378.000
Diferidos				
Encargos Regulatórios	19	107.406	107.406	90.000
Concessões a Pagar		19.119	19.119	18.578
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	13	173.625	173.625	147.614
Outras Obrigações		1.024	1.025	607
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.231.544	6.231.537	6.404.757
TOTAL DO PASSIVO		11.665.090	11.661.377	10.664.552
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22			
Capital Social		1.837.710	1.837.710	1.837.710
Reservas de Lucros		2.687.920	2.687.920	2.485.879
Ajustes de Avaliação Patrimonial		351.083	351.083	360.223
Lucros (Prejuízos) Acumulados		319.119	319.119	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.195.832	5.195.832	4.683.812
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.860.922	16.857.209	15.348.364

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
RECEITA	23	3.346.818	3.298.971	4.421.368
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24			
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(147.875)	(147.875)	(143.560)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.468.153)	(1.468.153)	(1.232.789)
		(1.616.028)	(1.616.028)	(1.376.349)
CUSTO	24			
Pessoal e Administradores		(170.830)	(170.308)	(129.446)
Materiais		(5.735)	(5.724)	(6.360)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(27)	(27)	(74.971)
Serviços de Terceiros		(49.486)	(48.990)	(51.689)
Depreciação e Amortização		(91.088)	(91.088)	(143.078)
Provisões (Reversões) Operacionais		(24.761)	(24.761)	(42.138)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(31.634)	(31.634)	(56.258)
Outros Custos Operacionais		(4.747)	(4.744)	(6.190)
		(378.308)	(377.276)	(510.130)
CUSTO TOTAL		(1.994.336)	(1.993.304)	(1.886.479)
LUCRO BRUTO		1.352.482	1.305.667	2.534.889
DESPESA OPERACIONAL	24			
Despesas (Reversões) com Vendas		(868)	(868)	265
Despesas Gerais e Administrativas		(64.431)	(64.431)	(59.143)
Outras Despesas Operacionais		(77.243)	(77.241)	(75.338)
		(142.542)	(142.540)	(134.216)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(131.375)	(86.061)	(103.273)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	13	-	-	734.530
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.078.565	1.077.066	3.031.930
Receitas Financeiras	25	82.811	82.785	62.902
Despesas Financeiras	25	(651.896)	(651.896)	(479.987)
Resultado antes dos Impostos		509.480	507.955	2.614.845
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(28.554)	(27.037)	(689.432)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(170.283)	(170.275)	(140.225)
RESULTADO DO PERÍODO		310.643	310.643	1.785.188
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,1072	0,1072	0,6163

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
RECEITA	23	1.945.756	1.897.909	2.018.267
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24			
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(73.899)	(73.899)	(71.342)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(807.835)	(807.835)	(625.007)
		(881.734)	(881.734)	(696.349)
CUSTO	24			
Pessoal e Administradores		(90.986)	(90.464)	(66.195)
Materiais		(4.848)	(4.837)	(3.766)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(9)	(9)	2.547
Serviços de Terceiros		(30.207)	(29.711)	(26.089)
Depreciação e Amortização		(46.625)	(46.625)	(67.546)
Provisões (Reversões) Operacionais		(12.115)	(12.115)	(47.016)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(24.946)	(24.946)	(25.325)
Outros Custos Operacionais		(4.292)	(4.289)	(4.627)
		(214.028)	(212.996)	(238.017)
CUSTO TOTAL		(1.095.762)	(1.094.730)	(934.366)
LUCRO BRUTO		849.994	803.179	1.083.901
DESPESA OPERACIONAL	24			
Despesas (Reversões) com Vendas		(1.166)	(1.166)	12
Despesas Gerais e Administrativas		(17.367)	(17.367)	(26.955)
Outras Despesas Operacionais		(39.291)	(39.289)	(44.479)
		(57.824)	(57.822)	(71.422)
Resultado de Equivalência Patrimonial		18.799	64.113	(65.980)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		810.969	809.470	946.499
Receitas Financeiras	25	40.174	40.148	34.772
Despesas Financeiras	25	(319.390)	(319.390)	(239.513)
Resultado antes dos Impostos		531.753	530.228	741.758
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	15.708	17.225	(275.967)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(175.521)	(175.513)	6.268
RESULTADO DO PERÍODO		371.940	371.940	472.059
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,1284	0,1284	0,1630

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
RESULTADO DO PERÍODO	310.643	310.643	1.785.188
Itens não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado			
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(574)	(574)	-
	310.069	310.069	1.785.188
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado			
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(90)	(90)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	309.979	309.979	1.785.188
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	309.979	309.979	1.785.188

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
RESULTADO DO PERÍODO	371.940	371.940	472.059
Itens que não serão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado			
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(574)	(574)	-
	371.366	371.366	472.059
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado			
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(90)	(90)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	371.276	371.276	472.059
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	371.276	371.276	472.059

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.700.000	1.309.293	477.317	-	3.486.610
Resultado do período	-	-	-	1.785.188	1.785.188
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.785.188	1.785.188
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(33.937)	33.937	-
Aumento de Capital	137.710	-	-	-	137.710
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	1.837.710	1.309.293	443.380	1.819.125	5.409.508
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.837.710	2.485.879	360.223	-	4.683.812
Resultado do período	-	-	-	310.643	310.643
Resultado abrangente do período	-	-	-	310.643	310.643
Outros Resultados Abrangentes					
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	(574)	-	(574)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	(90)	-	(90)
Total do Resultado Abrangente	-	-	(664)	310.643	309.979
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	202.041	-	-	202.041
Realização de Reserva de Ajustes de avaliação patrimonial – Custo Atribuído	-	-	(8.476)	8.476	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	1.837.710	2.687.920	351.083	319.119	5.195.832

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Período	310.643	310.643	1.785.188
Ajustes por:			
Depreciação e Amortização	94.083	94.083	144.086
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	4.881	4.881	22.263
Equivalência Patrimonial	131.375	86.061	103.273
Juros e Variações Monetárias	(2.463)	(134.373)	391.626
Imposto de Renda e Contribuição Social	198.837	197.312	829.657
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	(734.530)
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	51.640	51.640	41.873
Obrigações Pós-Emprego	50.126	50.126	41.635
	<u>839.122</u>	<u>660.373</u>	<u>2.625.071</u>
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores e Revendedores	317.406	359.404	(286.948)
Tributos Compensáveis	(11.792)	(11.792)	(5.809)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(60.061)	(60.061)	24.294
Transporte de Energia	(2.816)	(2.816)	2.689
Depósitos Judiciais	(3.017)	(3.017)	(5.210)
Dividendos Recebidos	65.383	65.383	23.810
Ativo Financeiro	(1.477.907)	(1.336.197)	4.818
Adiantamento a Fornecedores	(5.141)	(5.141)	(74.687)
Outros	313	2.379	(11.446)
	<u>(1.177.632)</u>	<u>(991.858)</u>	<u>(328.489)</u>
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	36.683	36.277	15.158
Tributos e Contribuição Social	(56.012)	(57.902)	1.831
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	65.298	65.299	(77.382)
Salários e Contribuições Sociais	13.746	13.746	2.500
Encargos Regulatórios	20.365	20.365	14.412
Obrigações Pós-Emprego	(26.683)	(26.683)	(22.630)
Participação nos Lucros	(23.387)	(23.387)	4.953
Outros	(32.619)	(32.513)	(209)
	<u>(2.609)</u>	<u>(4.798)</u>	<u>(61.367)</u>
Caixa Gerado nas Operações	<u>(341.119)</u>	<u>(336.283)</u>	<u>2.235.215</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(92.336)	(92.336)	(649.694)
Juros Pagos	(273.698)	(275.837)	(425.329)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(707.153)</u>	<u>(704.456)</u>	<u>1.160.192</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Investimentos - Aporte	(622.934)	(641.450)	(84.445)
Aquisição de Investimentos	-	-	(309.684)
No Imobilizado	(14.510)	(14.510)	(6.242)
No Intangível	(2.214)	(2.214)	(1.327)
No Ativo Financeiro	-	-	(56.258)
Em Títulos e Valores Mobiliários	<u>1.624.317</u>	<u>1.624.317</u>	<u>427.365</u>
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>984.659</u>	<u>966.143</u>	<u>(30.591)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos Obtidos	1.965	1.965	593.706
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	(166.094)	(166.094)	-
Pagamentos de Empréstimos	(7.360)	(7.360)	(1.924.412)
Aumento de Capital	-	-	27.058
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDOR PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(171.489)	(171.489)	(1.303.648)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	106.017	90.198	(174.047)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	283.703	283.703	290.549
No fim do exercício	389.720	373.901	116.502
	106.017	90.198	(174.047)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora			
	30/06/2016		30/06/2016		30/06/2015	
RECEITAS						
Venda de Energia e Serviços	3.441.168		3.391.508		5.117.186	
Receita de Construção	31.634		31.634		56.258	
Investimentos em Imobilizado	16.874		16.874		5.895	
Receita de Indenização da Transmissão	592.469		592.469		54.872	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(868)		(868)		265	
Outras receitas	26		26		189	
	<u>4.081.303</u>		<u>4.031.643</u>		<u>5.234.665</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.611.711)		(1.611.711)		(1.312.282)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(162.731)		(162.731)		(153.108)	
Serviços de Terceiros	(56.133)		(55.637)		(72.350)	
Materiais	(67.534)		(67.523)		(60.878)	
Matéria prima e insumos para Produção de Energia	(30)		(30)		(80.760)	
Concessão Onerosa	(1.420)		(1.420)		(5.445)	
Outros Custos Operacionais	(70.461)		(70.459)		(51.898)	
	<u>(1.970.020)</u>		<u>(1.969.511)</u>		<u>(1.736.721)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.111.283		2.062.132		3.497.944	
RETENÇÕES						
Depreciação e Amortização	(94.083)		(94.083)		(144.086)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.017.200		1.968.049		3.353.858	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Resultado de Equivalência Patrimonial	(131.375)		(86.061)		(103.273)	
Receita de valor justo em operação societária	-		-		734.530	
Receitas Financeiras	82.811		82.785		62.902	
	<u>(48.564)</u>		<u>(3.276)</u>		<u>694.159</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.968.636		1.964.773		4.048.017	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%
Empregados	209.939	10,67	209.416	10,66	201.535	4,98
Remuneração direta	145.678	7,40	145.155	7,39	146.259	3,61
Benefícios	54.269	2,76	54.269	2,76	47.153	1,17
FGTS	9.992	0,51	9.992	0,51	8.123	0,20
Impostos, Taxas e Contribuições	785.501	39,90	782.161	39,81	1.571.647	38,83
Federais	523.312	26,58	519.974	26,47	1.289.944	31,87
Estaduais	260.956	13,26	260.954	13,28	280.558	6,93
Municipais	1.233	0,06	1.233	0,06	1.145	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	662.553	33,65	662.553	33,72	489.647	12,10
Juros	651.896	33,11	651.896	33,18	479.987	11,86
Aluguéis	10.657	0,54	10.657	0,54	9.660	0,24
Remuneração de Capitais Próprios	310.643	15,78	310.643	15,81	1.785.188	44,09
Lucros (Prejuízos) Acumulados	310.643	15,78	310.643	15,81	1.785.188	44,09
	<u>1.968.636</u>	<u>100,00</u>	<u>1.964.773</u>	<u>100,00</u>	<u>4.048.017</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 61 Usinas, sendo 56 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e 1 solar e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 30 de junho de 2016, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$3.708.178. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia e transferência de debêntures do longo para o curto prazo. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as novas captações no mercado previstas para 2016 para cumprir as suas obrigações de curto prazo.

A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional negativo consolidado nas suas operações no período de janeiro a junho de 2016 de R\$707.153 e a Controladora apresentou fluxo de caixa negativo nas suas operações no período de janeiro a junho de 2016 de R\$704.456 e fluxo de caixa positivo nas suas operações no período de janeiro a junho de 2015 de R\$1.160.192.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, reapresentadas, aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2016.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

As Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2016, como originalmente emitidas, tiveram sua emissão autorizada pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2016. Estas Informações Contábeis Intermediárias, para o período findo em 30 de junho de 2016, reapresentadas, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de abril de 2017 e refletem o efeito dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3 destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31 de dezembro de 2015 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2016, está relacionada a seguir:

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2015	30/06/2016	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
-	3	Princípios de Consolidação
3	4	Das Concessões e Autorizações
4	29	Segmentos Operacionais
5	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	6	Títulos e Valores Mobiliários
7	7	Consumidores e Revendedores
8	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
9	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	11	Depósitos Vinculados a Litígios
12	12	Ativos Financeiros da Concessão
13	13	Investimentos
14	14	Imobilizado
15	15	Intangíveis
16	16	Fornecedores
17	17	Impostos, Taxas e Contribuições
18	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	19	Encargos Regulatórios
20	20	Obrigações Pós-Emprego
21	21	Provisões
22	22	Patrimônio Líquido
23	23	Receita
24	24	Custos e Despesas Operacionais
25	25	Receitas e Despesas Financeiras
26	26	Transações com Partes Relacionadas
27	27	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	28	Mensuração Pelo Valor Justo
31	30	Transações Não Envolvendo Caixa
32	31	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2015 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais

2.3 Reapresentação das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas

Em função de alteração na interpretação da apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015, registrado como Ativo Financeiro no balanço patrimonial, a Companhia procedeu alteração do fluxo de caixa, transferindo o caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga para a atividade operacional originalmente apresentada como atividade de investimento.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia procedeu a alteração da apresentação do fluxo de caixa para adequada apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga na atividade operacional no fluxo de caixa.

Essa alterações não provocaram efeitos nos balanços patrimoniais, no lucro líquido, nas demonstrações de resultados abrangente e das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado.

Seguem abaixo os efeitos das alterações mencionadas:

Fluxo de caixa	Controladora		
	30/06/2016	Ajustes	30/06/2016 Reapresentado
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	767.808	(1.472.264)	(704.456)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(506.121)	1.472.264	966.143
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(171.489)	-	(171.489)
Variação líquida do Caixa e equivalentes de caixa	90.198	-	90.198

Fluxo de caixa	Consolidado		
	30/06/2016	Ajustes	30/06/2016 Reapresentado
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	803.785	(1.510.938)	(707.153)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(526.279)	1.510.938	984.659
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(171.489)	-	(171.489)
Variação líquida do Caixa e equivalentes de caixa	106.017	-	106.017

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

A partir de 1º de junho de 2016, a Companhia passou a apresentar as suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas com a inclusão das suas subsidiárias integrais constituídas, conforme segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/06/2016
		Participação Direta (%)
Cemig Baguari	Consolidação	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100,00

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará e São Simão

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais do Contratos de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão, conforme segue:

Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”)

Conforme previsto no contrato de concessão da Usina Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia (“MME”) indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Considerando a situação atual da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu, no primeiro semestre de 2016, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsiderasse sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;

- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que ainda está em discussão judicial. Este ativo, com base nos termos do contrato de concessão, é considerado como recuperável por montante superior ao registrado.

Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo *“ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013”*.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Contas Bancárias	3.641	3.581	1.556
Aplicações Financeiras:			
Certificados de Depósitos Bancários	331.016	315.257	230.849
Overnight	55.063	55.063	51.298
	386.079	370.320	282.147
	389.720	373.901	283.703

As aplicações financeiras correspondem às operações de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 80% a 108,50% conforme operação). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada (14,14% a.a.).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários	39.347	39.347	1.629.271
Letras Financeiras – Bancos	168.254	168.254	187.565
Letras Financeiras do Tesouro	37.885	37.885	36.754
Debêntures	46.893	46.893	63.039
Outros	108	108	175
	292.487	292.487	1.916.804
Ativo Circulante	274.070	274.070	1.898.751
Ativo Não Circulante	18.417	18.417	18.053

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (taxa 111%).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 104,85% a 112,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Reservado da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 108% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				Consolidado	Controladora	
				30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Industrial	351.775	69.480	19.114	440.369	440.369	358.468
Comércio, Serviços e Outras	19.196	735	-	19.931	19.931	6.973
Suprimento a Outras Concessionárias	124.686	18.144	2.250	145.080	103.082	99.215
Câmara Comerc. Em. Elétrica CCEE	51.457	-	80	51.537	51.537	509.667
Provisão p/ Créd. Liq. Duvidosa	-	-	(5.112)	(5.112)	(5.112)	(4.244)
	547.114	88.359	16.332	651.805	609.807	970.079
Ativo Circulante				651.805	609.807	970.079

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	5.057
Reversões de Provisão	-	(265)
Baixas	-	(355)
Saldo em 30 de junho de 2015	-	4.437
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.244	4.244
Constituições de Provisão	868	868
Saldo em 30 de junho de 2016	5.112	5.112

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Circulante			
ICMS a Recuperar	40.163	40.163	32.087
PASEP	1.822	1.822	874
COFINS	8.507	8.507	4.132
Outros	5.497	5.497	4.409
	55.989	55.989	41.502
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	16.424	16.424	18.215
PASEP	819	819	981
COFINS	3.859	3.859	4.601
	21.102	21.102	23.797
	77.091	77.091	65.299

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até 30 de junho 2017.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2016 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2016 e registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Circulante			
Imposto de Renda	103.096	103.096	71.294
Contribuição Social	33.994	33.994	5.735
	137.090	137.090	77.029

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
ATIVO			
Obrigações Pós-Emprego	190.826	190.826	182.983
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.738	1.738	1.443
Concessão Onerosa	9.324	9.324	9.000
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	25.308
Provisões	92.513	92.513	76.610
Outros	1.772	1.772	9.734
	321.481	321.481	305.078
PASSIVO			
Custo Atribuído	(249.539)	(249.539)	(253.906)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(462.960)	(462.960)	(261.521)
Custo Aquisição Participações Societárias	(149.875)	(149.875)	(154.177)
Outros	(7.390)	(7.382)	(13.474)
	(869.764)	(869.756)	(683.078)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(548.283)	(548.275)	(378.000)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(378.000)	(378.000)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(170.283)	(170.275)
Saldo em 30 de junho de 2016	(548.283)	(548.275)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015
Resultado Antes dos Impostos	509.480	507.955	2.614.845
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(173.223)	(172.705)	(889.047)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:			
Incentivos Fiscais	1.052	1.052	4.299
Resultado de Equivalência Patrimonial	(40.365)	(24.958)	(32.244)
Ganho de Capital por Variação no Percentual de Participação no Capital da Aliança	-	-	88.392
Diferença Base Lucro Presumido X Lucro real	14.400	-	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(429)	(429)	(934)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(259)	(259)	(119)
Outros	(13)	(13)	(4)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(198.837)	(197.312)	(829.657)
Imposto Corrente	(28.554)	(27.037)	(689.432)
Imposto Diferido	(170.283)	(170.275)	(140.225)
	(198.837)	(197.312)	(829.657)
Alíquota Efetiva	39,03%	38,84%	31,73%

	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Resultado Antes dos Impostos	531.753	530.228	741.758
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(180.796)	(180.278)	(252.198)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:			
Incentivos Fiscais	(2.026)	(2.026)	2.610
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.543	23.950	(19.565)
Diferença Base Lucro Presumido X Lucro real	14.400	-	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(118)	(117)	(527)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	188	189	(16)
Outros	(4)	(6)	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(159.813)	(158.288)	(269.699)
Imposto Corrente	15.708	17.225	(275.967)
Imposto Diferido	(175.521)	(175.513)	6.268
	(159.813)	(158.288)	(269.699)
Alíquota Efetiva	30,05%	29,85%	36,36%

Incentivos Fiscais – Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Trabalhistas	62.433	62.433	61.555
Fiscais			
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	8.310	8.310	8.310
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233	101.233
Outros	47.501	47.501	40.527
	157.044	157.044	150.070
Outros			
Bloqueio Judicial	42	42	514
Regulatórios	3.074	3.074	2.790
Outros	6.540	6.540	6.200
	9.656	9.656	9.504
	229.133	229.133	221.129

(1) Os saldos de depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS possuem provisão correspondente em Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

O Laudo de avaliação entregue à ANEEL em 31 de julho de 2014, representava uma indenização à Companhia no valor de R\$1.169.145, na data base de 31 de dezembro de 2012.

Em 12 de julho de 2016, a ANEEL enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com revisão final do Laudo enviado pela Companhia, sendo definido o valor da indenização em R\$1.177.488, na data base de 31 de dezembro de 2012, dos quais R\$285.483 foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”). Ressalta-se que a informação a respeito do custo de capital estava em discussão até a emissão da Portaria 120.

A atualização será pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverá ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

A Portaria ainda depende de definições que serão objetos de Audiência Pública pela Aneel e constam na Agenda Regulatória da ANEEL para o 2º semestre de 2016 e 1º semestre de 2017.

A Companhia, com base nas melhores informações disponíveis, efetuou sua estimativa e reconheceu, em junho de 2016, o montante de R\$548.734, sendo:

- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, em 23 de fevereiro de 2015 no valor de R\$1.157.106, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo até 31 de março de 2016 pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente à remuneração com a utilização do custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..

Adicionalmente, a Companhia reconheceu, no primeiro semestre de 2016, o valor de R\$47.734 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2015 no valor de R\$1.054.129.

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com esse PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria. A eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da transmissora em parcelas iguais até a revisão periódica da RAP subsequente.

Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não indenizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (*"Deemed Cost"*), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão, julho de 2015, e montam R\$546.424.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 30/06/2016	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 31/12/2015
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.923
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	616	4.265
		677,29	108.466	546.424

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que o valor registrado refere-se a melhor estimativa de indenização considerando as informações disponíveis até a data base das Informações Contábeis Intermediárias em 30 de junho de 2016.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. No período de 05 de janeiro de 2016 a 31 de maio de 2016, com a assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015 (“Leilão 12/2015”). A partir de 01 de junho de 2016, os ativos passaram a ser operados por sete Sociedades de Propósito Específico (“SPE’s de geração”), subsidiárias integrais da Cemig GT, criadas para atendimento a requerimento do Leilão 12/2015.

Bonificação pela outorga – leilão 12/2015

Devido à Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, 14 usinas da Cemig GT (Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Itutinga, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Salto Grande, Três Marias, Tronqueiras e Volta Grande), além de Jaguará, São Simão e Miranda, tiveram suas concessões condicionadas à aceitação de tarifas pré-definidas e indenização dos investimentos ainda não amortizados para cada usina. A Cemig GT, à época, não aceitou os termos de renovação.

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A., totalizando uma garantia física de 420 MW médios, conforme segue:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
UHE Três Marias	Jan/2045	396,00	239,00
UHE Salto Grande	Jan/2045	102,00	75,00
UHE Itutinga	Jan/2045	52,00	28,00
UHE Camargos	Jan/2045	46,00	21,00
PCH Piau	Jan/2045	18,01	13,53
PCH Gafanhoto	Jan/2045	14,00	6,68
PCH Peti	Jan/2045	9,40	6,18
PCH Tronqueiras	Jan/2045	8,50	3,39
PCH Joasal	Jan/2045	8,40	5,20
PCH Martins	Jan/2045	7,70	1,84
PCH Cajuru	Jan/2045	7,20	2,69
PCH Paciência	Jan/2045	4,08	2,36
PCH Marmelos	Jan/2045	4,00	2,74
PCH Coronel Domiciano (1)	Jan/2045	5,04	3,59
PCH Dona Rita (1)	Jan/2045	2,41	1,03
PCH Ervália (1)	Jan/2045	6,97	3,03
PCH Neblina (1)	Jan/2045	6,47	4,66
PCH Sinceridade (1)	Jan/2045	1,42	0,35
		699,60	420,27

1) Usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas, que estarão em regime de operação assistida pela concessionária anterior pelo prazo de 180 dias a contar da data de assinatura dos contratos.

As informações referentes à capacidade instalada, Garantia Física e outras informações operacionais, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Informações Contábeis Intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes”.

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas” em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

O valor ofertado pelo lote foi de R\$498.694 e a bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 01 de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O contrato foi assinado pela Cemig GT em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

Em 08 de junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes ao Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, tiveram a suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização	Amortização	Saldo em 30/06/2016
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	1.260.400	110.634	(83.042)	1.287.992
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	395.523	34.818	(26.189)	404.152
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	147.662	14.019	(11.134)	150.547
Cemig Geração Camargos S.A.	-	110.746	10.468	(8.289)	112.925
Cemig Geração Sul S.A.	-	144.603	14.286	(11.662)	147.227
Cemig Geração Leste S.A.	-	98.301	10.381	(8.856)	99.826
Cemig Geração Oeste S.A.	-	59.118	6.284	(5.383)	60.019
Total	-	2.216.353	200.890	(154.555)	2.262.688

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Transmissão - Indenização a Receber	1.646.598	1.646.598	1.054.129
Transmissão - Ativos Remunerados por Tarifa	425.427	425.427	401.139
Geração – indenização a receber	546.424	546.424	546.424
Geração – Bonificação de outorga	2.262.688	-	-
Geração - Ativos Remunerados por Tarifa	46.085	46.085	46.173
	4.927.222	2.664.534	2.047.865
Circulante	13.233	13.233	13.233
Não Circulante	4.913.989	2.651.301	2.034.632

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2015	-	1.272.986
Adição	-	146.030
Recebimentos	-	(10.250)
Atualização Financeira Indenização Transmissão	-	100.529
Indenização Usinas não renovadas	-	546.424
Transferências Imobilizado X Financeiro X Intangível	-	(2.035)
Baixas	-	(5.819)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	2.047.865
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	2.047.865	-
Adição - bonificação da outorga	2.255.027	2.216.353
Adição em Ativos de Transmissão	31.634	31.634
Atualização	33.420	167.470
Amortização	(25.759)	(128.796)
Recebimentos	(7.271)	(7.271)
Atualização Financeira Indenização Transmissão	592.469	592.469
Baixas	(163)	(163)
Transferência da Bonificação de Outorga para as SPE's	-	(2.255.027)
Saldo em 30 de junho de 2016	4.927.222	2.664.534

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado
Hidrelétrica Cachoeirão	45.289	45.289	40.844
Guanhães Energia	21.020	21.020	18.444
Hidrelétrica Pipoca	28.887	28.887	26.237
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	705.771	705.771	675.983
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	730.395	730.395	703.403
Lightger	40.692	40.692	37.455
Baguari Energia	202.727	202.727	187.227
Central Eólica Praias Parajuru	63.168	63.168	63.045
Central Eólica Volta do Rio	82.575	82.575	85.101
Central Eólica Praias de Morgado	60.983	60.983	62.071
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	459.522	459.522	354.284
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	684.237	684.237	495.768
Aliança Geração	1.326.791	1.326.791	1.327.246
Retiro Baixo	158.943	158.943	147.905
Renova	1.583.534	1.583.534	1.527.435
Cemig Baguari	-	32	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	1.315.073	-
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	412.739	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	154.822	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	116.202	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	151.587	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	103.050	-
Cemig Geração Oeste S.A.	-	62.672	-
	6.194.534	8.510.711	5.752.448

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

	Controladora 31/12/2015 Reapresentad o	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	outros	Controladora e Consolidado 30/06/2016 Reapresentad o
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	6.000	-	(1.555)	-	-	45.289
Guanhães Energia	18.444	(15.064)	17.640	-	-	-	21.020
Hidrelétrica Pipoca	26.237	2.650	-	-	-	-	28.887
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(9.212)	39.000	-	-	-	705.771
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(10.467)	40.139	-	-	(2.680)	730.395
Baguari Energia	187.227	15.500	-	-	-	-	202.727
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	147	-	(25)	-	1	63.168
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.491)	-	(35)	-	-	82.575
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(1.043)	-	(45)	-	-	60.983
Lightger	37.455	3.237	-	-	-	-	40.692
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(421)	188.890	-	-	-	684.237
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(12.347)	117.585	-	-	-	459.522
Aliança Geração	1.327.246	64.335	-	(64.790)	-	-	1.326.791
Retiro Baixo	147.905	11.038	-	-	-	-	158.943
Renova	1.527.435	(183.237)	240.000	-	(664)	-	1.583.534
Cemig Baguari	-	(23)	55	-	-	-	32
Cemig Ger.Três Marias S.A.	-	23.650	1.291.423	-	-	-	1.315.073
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	-	7.472	405.267	-	-	-	412.739
Cemig Ger. Itutinga S.A.	-	3.513	151.309	-	-	-	154.822
Cemig Geração Camargos S.A.	-	2.703	113.499	-	-	-	116.202
Cemig Geração Sul S.A.	-	3.441	148.146	-	-	-	151.587
Cemig Geração Leste S.A.	-	2.481	100.569	-	-	-	103.050
Cemig Geração Oeste S.A.	-	2.077	60.595	-	-	-	62.672
	5.752.448	(86.061)	2.914.117	(66.450)	(664)	(2.679)	8.510.711

Controladora	31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Outros	30/06/2015
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	3.189	-	-	-	37.485
Guanhães Energia	67.428	(23.687)	-	-	-	43.741
Hidrelétrica Pipoca	28.807	1.202	-	(1.271)	-	28.738
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	674.183	(37.316)	-	-	-	636.867
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	707.910	(28.958)	-	-	-	678.952
Baguari Energia	193.351	6.927	-	(11.898)	34	188.414
Central Eólica Praias Parajuru	61.999	350	-	-	66	62.415
Central Eólica Volta do Rio	84.023	341	-	-	-	84.364
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	492	-	-	-	62.824
Lightger	38.900	(779)	-	-	-	38.121
Aliança Geração	3.323	29.846	581.114	-	734.530	1.348.813
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	-	(1.448)	354.112	-	-	352.664
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	394.238	(2.996)	97.541	-	-	488.783
Retiro Baixo	149.944	(2.848)	1.247	-	-	148.343
Renova	1.538.299	(47.588)	-	-	-	1.490.711
	4.039.033	(103.273)	1.034.014	(13.169)	734.630	5.691.235

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de junho 2016 Reapresentado			Em 31 de dezembro de 2015		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	92.427	49,00	35.000	83.355
Guanhães Energia	137.608.000	49,00	137.608	42.898	49,00	137.608	37.641
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	58.953	49,00	41.360	53.545
Madeira Energia* (Usina de Santo Antônio)	10.335.481.137	18,13	10.151.952	7.921.489	18,05	9.761.952	7.642.027
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	292.156	69,39	261.573	269.827
Central Eólica Praias de Parajuru*	70.560.000	49,00	70.560	128.914	49,00	70.560	128.663
Central Eólica Volta do Rio*	117.230.000	49,00	117.230	168.520	49,00	117.230	173.676
Central Eólica Praias de Morgado*	52.960.000	49,00	52.960	124.455	49,00	52.960	126.676
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	83.045	49,00	79.232	76.439
Aliança Norte* (Usina de Belo Monte)	30.020.525.290	49,00	887.135	937.798	49,00	647.166	739.498
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	977.451.523	74,50	977.452	918.439	74,50	723.409	683.340
Aliança Geração*	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.948.424	45,00	1.291.450	2.949.436
Retiro Baixo*	222.850.000	49,90	222.850	318.523	49,90	222.850	296.403
Renova*	360.815.313	34,15	2.806.255	4.636.996	27,37	2.526.253	5.580.690
Cemig Baguari	1.000	100	1	32	-	-	-
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.000	100	1.291.423	1.315.073	-	-	-
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.268.000	100	405.268	412.739	-	-	-
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.000	100	151.309	154.822	-	-	-
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.000	100	113.499	116.202	-	-	-
Cemig Geração Sul S.A.	148.147.000	100	148.147	151.587	-	-	-
Cemig Geração Leste S.A.	100.569.000	100	100.569	103.050	-	-	-
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.000	100	60.595	62.672	-	-	-

* Patrimônio Líquido incluindo o ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada.

Sociedades	Janeiro a junho de 2016		Janeiro a junho de 2015	
	Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	3.173	12.244	-	6.508
Guanhães Energia	-	(30.742)	-	(48.339)
Hidrelétrica Pipoca	-	5.406	2.596	2.453
Madeira Energia* (Usina de Santo Antônio)	-	(108.543)	-	(367.175)
Baguari Energia	-	22.337	17.147	9.983
Central Eólica Praias de Parajuru*	51	300	-	714
Central Eólica Volta do Rio*	71	(5.083)	-	696
Central Eólica Praias de Morgado*	91	(2.128)	-	1.004
Lightger	-	6.606	-	(1.590)
Aliança Geração*	143.977	142.966	-	66.324
Aliança Norte* (Usina de Belo Monte)	-	(25.197)	-	(2.955)
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	-	(565)	-	(4.021)
Retiro Baixo*	-	22.120	-	(5.707)
Renova*	-	(535.783)	-	(173.869)
Cemig Baguari	-	(21)	-	-
Cemig Ger.Três Marias S.A.	-	23.650	-	-
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	-	7.472	-	-
Cemig Ger. Itutinga S.A.	-	3.513	-	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	2.703	-	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	3.441	-	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	2.481	-	-
Cemig Geração Oeste S.A.	-	2.077	-	-

* Resultado do exercício incluindo o ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada.

Em 30 de junho de 2016, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estavam superior ao ativo circulante, conforme segue:

Guanhães Energia: o capital circulante líquido encontra-se negativo no consolidado em R\$225.240. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, que incluem o reescalonamento de seus financiamentos e alongamento de seus empréstimos tomados junto a instituições financeiras, bem como eventuais aportes de capital por parte de seus acionistas.

Renova Energia: o capital circulante líquido consolidado negativo de R\$1.500.230 decorre, principalmente, do estágio avançado dos projetos em construção que demandam investimentos relevantes, suportados em parte pelo empréstimo ponte junto ao BNDES, com vencimento no curto prazo. A Administração da Renova Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, sendo que a Renova Energia está em entendimentos finais para enquadramento junto ao BNDES do alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo, que irá substituir o empréstimo ponte tomado. Adicionalmente, conta com contrato de suporte de acionistas do bloco de controle caso haja insuficiência de recursos disponíveis para o pagamento das parcelas dos juros remuneratórios das Debêntures.

Madeira Energia: a Madeira Energia e sua Controlada (Santo Antônio Energia) apresentaram excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante consolidado de R\$42.561, decorrente, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e Provisão para contingências. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Santo Antônio Energia conta com geração operacional de caixa e, se necessário, aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas da companhia.

Excesso de Passivo Circulante sobre Ativo Circulante da Renova Energia em 30 de setembro de 2016

Em 30 de setembro de 2016, a Renova Energia apresentou excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R\$1.450.975, sendo que ainda tem apresentado prejuízos operacionais e geração negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: i) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação dos parques eólicos; ii) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do Alto Sertão III e iii) atraso na liberação do financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

A Administração da Renova Energia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. Entre estas ações, estão a redução da estrutura administrativa e operacional, com redução dos custos administrativos, contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, de R\$930.000, adiamento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa, além do empenho dos acionistas no suporte financeiro que garanta a sua liquidez.

A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.436.166 em 30 de junho de 2016.

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 30 de junho de 2016, R\$22.336.434 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 30 de junho de 2016, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$4.049.595. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas.

Em 31 de março de 2016 a MESA solicitou aportes para os seus acionistas, desta forma O FIP Melbourne convocou os seus acionistas a aportarem os valores correspondentes as suas participações. Somente a Cemig GT atendeu a solicitação, alterando a sua participação direta e indireta no empreendimento de 18,05% para 18,13%. Desde junho de 2014 os fundos não participam das chamadas dos aportes, diluindo as suas participações.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. ("SAAG") e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar foi instaurada, de forma sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), tendo a MESA como parte e probabilidade de perda avaliada como possível pelos assessores jurídicos da Cemig GT e SAAG. Em setembro de 2016, devido à sentença proferida pela CAM, a probabilidade de perda foi reavaliada para remota."

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Opção de Venda de Cotas do FIP Malbec e FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$173.625, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	29.029
Adições	-	46.251
Saldo em 30 de junho de 2015	-	75.280
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	147.614
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Adições	26.011	26.011
Saldo em 30 de junho de 2016	173.625	173.625

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R\$19 milhões no valor das opções.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia

A Companhia possui participações societárias indiretas na empresa Norte Energia S.A. ("NESA") por meio das empresas Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") e da Aliança Norte Energia S.A. ("Aliança Norte"), sendo 7,28% e 4,41%, respectivamente. A NESA é titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para a última unidade geradora entrar em operação é janeiro de 2019.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos Informações Contábeis Intermediárias.

Norte Energia (NESA)

Resumo das conclusões da investigação independente

A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") e a CEMIG GT (de forma minoritária direta e indireta através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A.) detém participação de 49,98% e 11,74%, respectivamente, do capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"). A Eletrobras contratou escritório de advocacia especializado para realizar uma investigação interna independente com o propósito de apurar eventuais irregularidades em empreendimentos em que possua participação societária, incluindo a NESA. Esse procedimento foi motivado por investigações que estavam sendo realizadas pelo Ministério Público sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores em investimentos onde a Eletrobras era acionista, incluindo a NESA.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da NESA, tendo sido determinado que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém impactos estimados de 1% do preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, para incluir subornos e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Impactos sobre as demonstrações financeiras

Com base nas conclusões e resultados identificados pela investigação interna independente, a Administração da NESA avaliou o CPC27 – Ativo Imobilizado, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 16 – Ativo e Equipamentos e concluiu que, o montante de R\$183.000 atribuíveis a eventual superfaturamento devido a subornos e/ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido incluídas no custo histórico de seus ativos, pois não seriam necessários para colocar os ativos na localização e condição necessária para seu funcionamento.

A Administração da NESA concluiu também ser impraticável identificar de forma precisa os períodos de demonstrações financeiras anteriores em que possam ter ocorrido o excesso de custos capitalizados, devido ao fato das informações disponibilizadas pela investigação interna independente não especificarem individualmente os contratos, os pagamentos e os períodos de divulgação em que possam ter ocorrido tais excessos. Ressalta-se adicionalmente que os alegados pagamentos indevidos não foram feitos pela NESA, mas por empreiteiros e fornecedores da UHE de Belo Monte, o que também impede a identificação dos valores e períodos precisos dos pagamentos.

Dessa forma, a NESA aplicou o procedimento previsto no IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, ajustando os valores estimados de excessos de custos capitalizados, no montante de R\$183.000, referentes a pagamentos ilegais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado.

Como consequência do ajuste registrado pela NESA, a Cemig GT reconheceu, em 31 de dezembro de 2015, um ajuste no montante de R\$ 21.390, na conta investimentos em contrapartida ao resultado com equivalência patrimonial, em atendimento às determinações do IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Considerando que a investigação interna independente foi concluída em data subsequente a aprovação para emissão das demonstrações contábeis intermediárias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e informações contábeis intermediárias referentes aos períodos findos em 31 de março de 2016 e 30 de junho de 2016 da Cemig GT, a Administração da Cemig GT concluiu pela necessidade de reapresentar as referidas demonstrações contábeis intermediárias.

Investimento na Renova – Perdas (impairment) de ativos disponíveis para a venda

Contrato de opção

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7.000.000 das ações da TerraForm Global recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 ou US\$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabelece também opção de compra pela SunEdison das mesmas 7.000.000 com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm Global sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm Global de titularidade da Companhia, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015. Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos. Em 1 de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison. A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova reconheceu, no 1º semestre de 2016, uma perda de R\$111.402, pela variação do valor justo da opção considerando o risco de crédito. Adicionalmente, reconheceu uma perda de R\$62.995 relativa à extinção da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas. Até a data de emissão desse relatório, a SunEdison não liquidou essa transação.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Informações Contábeis Intermidiárias da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,2% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Investimento na Terraform – precificação das ações

A Renova também registrou uma perda no 1º semestre de 2016, no valor de R\$271.509 em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform, investida em que a Renova possui 11,65% de participação avaliada com base no valor das ações no mercado.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Informações Contábeis Intermidiárias da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,2% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Rescisão de contrato de compra e venda de ações

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA (“Contrato ESPRA”) de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”) foi rescindido, por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um break up fee no valor de US\$ 10,00 milhões. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R\$35.790.

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. (“SunEdison”) anunciada no dia 15 de julho de 2015.

Empresas de geração constituídas – leilão do lote D vencido pela Companhia em 12/2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 12, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPE’s de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir destas Informações Contábeis Trimestrais.

14. IMOBILIZADO

A taxa de depreciação média anual é de 3,39% para o ano de 2016 (2,31% em 2015). As taxas anuais de depreciação são definidas por tipo de bem, conforme a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

	Consolidado e Controladora 30/06/2016			Controladora 31/12/2015		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	9.496.438	(6.381.880)	3.114.558	9.413.768	(6.273.175)	3.140.593
Terrenos	282.026	(9.353)	272.673	281.942	(7.878)	274.064
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4.619.136	(2.987.187)	1.631.949	4.591.763	(2.941.333)	1.650.430
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.501.152	(1.122.776)	378.376	1.498.360	(1.113.318)	385.042
Máquinas e Equipamentos	3.051.841	(2.228.640)	823.201	2.999.470	(2.180.424)	819.046
Veículos	28.896	(23.636)	5.260	28.895	(20.820)	8.075
Móveis e Utensílios	13.387	(10.288)	3.099	13.338	(9.402)	3.936
Em Curso	111.147	-	111.147	167.083	-	167.083
Ativos em Formação	111.147	-	111.147	167.083	-	167.083
Imobilizado Líquido	9.607.585	(6.381.880)	3.225.705	9.580.851	(6.273.175)	3.307.676

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Controladora 31/12/2015	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Depreciação	Consolidado e Controladora 30/06/2016
Em Serviço	3.140.593	-	64.209	(223)	(90.021)	3.114.558
Terrenos	274.064	-	84	(1)	(1.474)	272.673
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.650.430	-	26.749	-	(45.230)	1.631.949
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	385.042	-	3.927	-	(10.593)	378.376
Máquinas e Equipamentos	819.046	-	35.685	(221)	(31.309)	823.201
Veículos	8.075	-	(1.518)	-	(1.297)	5.260
Móveis e Utensílios	3.936	-	(718)	(1)	(118)	3.099
Em Curso	167.083	14.510	(64.209)	(6.237)	-	111.147
Imobilizado Líquido	3.307.676	14.510	-	(6.460)	(90.021)	3.225.705

Controladora	Saldo em 31/12/2014	Adição	Capitalização / Transferência	Aporte na empresa Aliança Geração de Energia	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2015
Em Serviço							
Terrenos	366.690	1.366	3.768	(40.796)	(17.429)	(1.850)	311.749
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.053.045	19.070	5.491	(163.123)	-	(65.538)	1.848.945
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	551.777	3.829	111	(115.659)	(670)	(12.356)	427.032
Máquinas e Equipamentos	1.663.675	14.969	26.222	(308.207)	(2.798)	(58.912)	1.334.949
Veículos	9.234	-	-	(335)	-	(1.301)	7.598
Móveis e Utensílios	3.598	6	(2)	(199)	-	(134)	3.269
Total em Serviço	4.648.019	39.240	35.590	(628.319)	(20.897)	(140.091)	3.933.542
Em Curso	201.619	8.766	(32.688)	(3.077)	(130)	-	174.490
Imobilizado Líquido	4.849.638	48.006	2.902	(631.396)	(21.027)	(140.091)	4.108.032

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Realizável a Longo Prazo os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Mais informações nas notas explicativas nº 12 e 15.

Consórcios

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2016	31/12/2015
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	4,00	216.700	212.784
Depreciação acumulada			(80.700)	(74.248)
Total em operação			136.000	138.536
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	237	3.894
Total em construção			237	3.894

15. INTANGÍVEIS

A taxa de amortização média anual é de 20%, considerando as taxas determinadas na legislação do setor.

	Consolidado e Controladora 30/06/2016			Controladora 31/12/2015		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	88.449	(59.598)	28.851	85.111	(57.277)	27.834
Servidão	11.451	(1.315)	10.136	11.451	(1.315)	10.136
Concessão Onerosa	19.169	(10.233)	8.936	19.169	(9.894)	9.275
Outros	57.829	(48.050)	9.779	54.491	(46.068)	8.423
Em Curso	7.152	-	7.152	8.275	-	8.275
Ativos em formação	7.152	-	7.152	8.275	-	8.275
Intangível Líquido	95.601	(59.598)	36.003	93.386	(57.277)	36.109

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	Controladora 31/12/2015	Adição	Capitalização / Transferência	Amortização	Consolidado e Controladora 30/06/2016
Em Serviço	27.834	-	3.337	(2.320)	28.851
Servidão	10.136	-	-	-	10.136
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(339)	8.936
Outros	8.423	-	3.337	(1.981)	9.779
Em Curso	8.275	2.214	(3.337)	-	7.152
Ativos em formação	8.275	2.214	(3.337)	-	7.152
Total	36.109	2.214	-	(2.320)	36.003

Controladora	31/12/2014	Adição	Aporte na Empresa Aliança Geração de Energia	Baixa	Amortização	Capitalização/ Transferência	30/06/2015
Em Serviço							
Servidão	11.510	54	(1.202)	-	(205)	22	10.179
Concessão Onerosa	19.892	3.820	(12.517)	-	(1.580)	-	9.615
Outros	9.059	-	-	-	(2.089)	1.875	8.845
Total em Serviço	40.461	3.874	(13.719)	-	(3.874)	1.897	28.639
Em Curso							
Ativos em formação	9.935	1.327	-	(1.366)	-	(4.456)	5.440
Total em Curso	9.935	1.327	-	(1.366)	-	(4.456)	5.440
Total	50.396	5.201	(13.719)	(1.366)	(3.874)	(2.559)	34.079

Os ativos intangíveis, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	329.593	329.593	260.221
Materiais e Serviços	38.913	38.507	71.602
	368.506	368.100	331.823
Circulante	368.506	368.100	331.823

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Circulante			
ICMS	43.140	43.140	45.047
PASEP	3.774	3.451	7.959
COFINS	17.699	16.209	37.369
INSS	4.072	4.020	4.556
ISSQN	931	917	1.408
Outros	8.242	8.231	37.531
	77.858	75.968	133.870
Não Circulante			
PASEP	18.058	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175	83.175
	101.233	101.233	101.233
	179.091	177.201	235.103

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 10 destas Informações Contábeis Intermediárias.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado e Controladora 30/06/2016			Controladora 31/12/2015
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2018	1,78%	Euro	3.728	5.774	9.502	11.627
Dívida em Moeda Estrangeira				3.728	5.774	9.502	11.627
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	385.193	540.000	925.193	924.666
BNDES	2026	TJLP + 2,34%	R\$	7.973	70.058	78.031	81.339
Nota Promissória – 6ª emissão	2016	120,00% do CDI	R\$	1.541.442	-	1.541.442	1.440.907
Banco da Amazônia	2018	CDI + 1,90%	R\$	11.677	119.229	130.906	121.172
		TJLP + 5% e TJLP + 8%	R\$				
FINEP	2018	8%	R\$	3.158	3.919	7.077	8.650
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	286.422	147.449	433.871	433.876
Consórcio Pipoca (2)	2016	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				2.236.050	880.655	3.116.705	3.010.795
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.239.778	886.429	3.126.207	3.022.422
Debêntures							
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90%	R\$	506.198	-	506.198	539.943
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00%	R\$	6.079	274.222	280.301	274.893
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20%	R\$	21.035	918.567	939.602	922.329
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85%	R\$	537.326	-	537.326	501.398
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 1,70%	R\$	119.059	1.400.000	1.519.059	1.411.646
Debêntures (1) – 1ª série – 6ª Emissão	2018	CDI*1,60%	R\$	145.978	970.892	1.116.870	1.037.256
Debêntures (1) – 2ª série – 6ª Emissão	2020	IPCA + 8,07%	R\$	2.256	29.580	31.836	29.185
Total de Debêntures				1.337.931	3.593.261	4.931.192	4.716.650
Total Geral – Consolidado e Controladora				3.577.709	4.479.690	8.057.399	7.739.072

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, consolidado, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Indexadores									
IPCA (1)	29.594	-	136.966	151.776	318.105	303.169	312.314	-	1.251.924
CDI (2)	3.054.455	2.081.489	1.574.921	-	-	-	-	-	6.710.865
TJLP (3)	5.748	10.766	9.981	7.631	7.631	7.631	7.631	28.089	85.108
Euro	1.864	4.238	3.400	-	-	-	-	-	9.502
Total	3.091.661	2.096.493	1.725.268	159.407	325.736	310.800	319.945	28.089	8.057.399

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA
(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI
(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no 1º semestre de 2016	Variação % Acumulada no 1º semestre de 2015	Indexador	Variação % Acumulada no 1º semestre de 2016	Variação % Acumulada no 1º semestre de 2015
Euro	(16,68)	7,23	IPCA	4,42	6,17
			CDI	6,72	5,92

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	7.739.072
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	7.739.072	-
Financiamentos Obtidos	1.965	1.965
Variação Monetária e Cambial	55.601	55.601
Encargos Financeiros Provisionados	541.819	541.819
Encargos Financeiros Pagos	(273.698)	(273.698)
Amortização de Financiamentos	(7.360)	(7.360)
Saldo em 30 de junho de 2016	8.057.399	8.057.399

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.036.700
Financiamentos Obtidos	600.000
Custos de Captação	(6.294)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	593.706
Variação Monetária e Cambial	67.761
Encargos Financeiros Provisionados	378.737
Encargos Financeiros Pagos	(425.329)
Amortização de Financiamentos	(1.924.412)
Saldo em 30 de junho de 2015	5.727.163

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a junho de 2016.

Captações de Recursos

As captações de recursos no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2016 estão demonstradas a seguir:

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
KFW	2018	1,78%	1.965
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação			1.965

Garantias

Em 30 de junho de 2016 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, consolidado, é garantido da seguinte forma:

	30/06/2016
Nota Promissória e Aval	8.040.820
Recebíveis	7.077
Sem Garantia	9.502
TOTAL	8.057.399

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 30 de junho de 2016 possuem as seguintes características:

	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos Financeiros Anuais	Saldo em 30/06/2016	Saldo em 31/12/2015
1ª Série – 3ª Emissão	2017	Quirografia	CDI + 0,90%	506.198	539.943
2ª Série – 3ª Emissão	2019	Quirografia	IPCA + 6,00%	280.301	274.893
3ª Série – 3ª Emissão	2022	Quirografia	IPCA + 6,20%	939.602	922.329
4ª Emissão	2016	Quirografia	CDI + 0,85%	537.326	501.398
5ª Emissão	2018	Quirografia	CDI + 1,70%	1.519.059	1.411.646
1ª Série – 6ª Emissão	2018	Quirografia	CDI* 1,60%	1.116.870	1.037.256
2ª Série – 6ª Emissão	2020	Quirografia	IPCA + 8,07%	31.836	29.185
TOTAL				4.931.192	4.716.650

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“*Covenants*”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “*Covenants*”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“*Covenants*”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

Em 30 de junho de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Reserva Global de Reversão – RGR	15.349	15.349	11.942
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	5.853	5.853	5.205
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.651	1.651	1.641
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	7.229	7.229	6.550
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.325	3.325	4.514
Pesquisa e Desenvolvimento	131.176	131.176	113.771
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.801	1.801	2.396
	166.384	166.384	146.019
Passivo Circulante	58.978	58.978	56.019
Passivo Não Circulante	107.406	107.406	90.000

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	180.924	235.675	6.394	158.605	581.598
Despesa Reconhecida no Resultado	16.358	15.006	411	9.860	41.635
Contribuições Pagas	(12.892)	(8.047)	(238)	(1.453)	(22.630)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2015	184.390	242.634	6.567	167.012	600.603
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	310.946	277.652	6.173	126.699	721.470
Despesa Reconhecida no Resultado	21.944	19.193	427	8.562	50.126
Contribuições Pagas	(14.173)	(10.237)	(251)	(2.022)	(26.683)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2016	318.717	286.608	6.349	133.239	744.913
				30/06/2016	31/12/2015
Passivo Circulante				42.222	38.048
Passivo Não Circulante				702.691	683.422

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-
Saldo Inicial para Fins de Consolidação	310.946	277.652	6.173	126.699	721.470
Despesa Reconhecida no Resultado	21.944	19.193	427	8.562	50.126
Contribuições Pagas	(14.173)	(10.237)	(251)	(2.022)	(26.683)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2016	318.717	286.608	6.349	133.239	744.913
				30/06/2016	31/12/2015
Passivo Circulante				42.222	-
Passivo Não Circulante				702.691	-

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a Fundação.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Controladora 31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	Consolidado e Controladora 30/06/2016
Trabalhistas	44.559	3.627	(3.260)	(3.627)	41.299
Cíveis	305	35	-	-	340
Tributárias	5.161	2.065	(67)	(3)	7.156
Regulatórias	2.670	608	-	(263)	3.015
Outras	25.015	21.753	-	(105)	46.663
Total	77.710	28.088	(3.327)	(3.998)	98.473

Controladora	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/06/2015
Trabalhistas	54.482	5.311	-	(755)	59.038
Cíveis	93	191	-	(7)	277
Tributárias	3.652	1.195	-	(8)	4.839
Ambientais	851	-	(851)	-	-
Regulatórias	1.446	-	(483)	(157)	806
Outras	32.220	91	(9.567)	(91)	22.653
Total	92.744	6.788	(10.901)	(1.018)	87.613

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$119.901 (R\$128.889 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$41.299 (R\$44.559 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$105.516 (R\$96.761 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$7.156 (R\$5.161 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$25.399 (R\$23.202 em 31 de dezembro de 2015), para os quais não há saldo provisionado.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$15.172 (R\$16.145 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$3.015 (R\$2.670 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$26.432 (R\$23.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$85.676 (R\$47.999 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$20.571 foram provisionados (R\$1.667 em 31 de dezembro de 2015). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$58.020 (R\$55.775 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$65.260 (R\$62.181 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$231.999 (R\$219.594 em 31 de dezembro de 2015). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e precedentes jurisprudência relativa.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$108.867 (R\$272.457 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada como possível, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$49.002 (R\$29.015 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$250.659 (R\$230.346 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$171.474 (R\$155.251 em 31 de dezembro de 2015). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, por meio de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$353.064 (R\$314.015 em 31 de dezembro de 2015), bem como a probabilidade de perda para remota, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinadas associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$109.890 (R\$99.000 em 31 de dezembro de 2015).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$69.603 (R\$64.338 em 31 de dezembro de 2015).

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia foi parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico, no montante estimado de R\$20.538 em 31 de dezembro de 2015, que foi extinto e arquivado, sem resolução de mérito, em razão da perda de objeto da denúncia.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$16.113 (R\$16.062 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2016, o Capital Social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2016	30/06/2015	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro (Prejuízo) do período	310.643	1.785.188	371.940	472.059
Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído (em R\$)	0,1072	0,6163	0,1284	0,1630

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Dividendos declarados referentes ao resultado de 2015

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou o pagamento de dividendos no valor total de R\$985.407, valor este inferior ao mínimo estatutário.

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.034.732	3.018.493	3.246.909
Receita de Transmissão – com impostos (b)	192.100	192.100	161.604
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga * (c)	148.694	115.274	-
Receita de Construção (d)	31.634	31.634	56.258
Transações com energia na CCEE (e)	51.853	51.853	1.699.559
Receita de Indenização da Transmissão (f)	592.469	592.469	54.872
Outras receitas operacionais	13.789	13.788	9.114
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(718.453)	(716.640)	(806.948)
	3.346.818	3.298.971	4.421.368

(*) Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.498.530	1.482.291	1.525.710
Receita de Transmissão – com impostos (b)	97.617	97.617	81.342
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	67.928	34.508	-
Receita de Construção (d)	24.946	24.946	25.325
Transações com energia na CCEE (e)	47.553	47.553	699.605
Receita de Indenização da Transmissão (f)	561.225	561.225	54.872
Outras receitas operacionais	7.341	7.340	4.068
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(359.384)	(357.571)	(372.655)
	1.945.756	1.897.909	2.018.267

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado		Controladora			
	MWh (*)	R\$	MWh (*)		R\$	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Industrial	7.412.716	1.653.775	7.412.716	9.340.782	1.653.775	1.788.464
Comercial	372.147	97.426	372.147	185.684	97.426	44.591
Subtotal	7.784.863	1.751.201	7.784.863	9.526.466	1.751.201	1.833.055
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	68.100	-	-	68.100	(2.475)
	7.784.863	1.819.301	7.784.863	9.526.466	1.819.301	1.830.580
Suprim.o Outras Concessionárias (**)	5.864.013	1.215.637	5.864.013	7.120.875	1.199.398	1.508.129
Suprimento não Faturado Líquido	-	(206)	-	-	(206)	(91.800)
	13.648.876	3.034.732	13.648.876	16.647.341	3.018.493	3.246.909

	Consolidado		Controladora			
	MWh (*)	R\$	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Industrial	3.602.752	823.050	3.602.752	4.650.249	823.050	924.421
Comercial	207.548	55.979	207.548	94.983	55.979	22.930
Subtotal	3.810.300	879.029	3.810.300	4.745.232	879.029	947.351
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(4.300)	-	-	(4.300)	(29.801)
	3.810.300	874.729	3.810.300	4.745.232	874.729	917.550
Suprim. Outras Concessionárias (**)	3.136.067	680.299	3.136.067	3.011.388	664.060	659.760
Suprimento não Faturado Líquido	-	(56.498)	-	-	(56.498)	(51.600)
	6.946.367	1.498.530	6.946.367	7.756.620	1.482.291	1.525.710

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(d) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período e é integralmente compensada pelos custos de construção.

(e) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

No primeiro semestre de 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$592.469, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, em 23 de fevereiro de 2015 no valor de R\$1.157.106, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente à remuneração com a utilização do custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a.;
- R\$43.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2015 no valor de R\$1.054.129.

O montante a receber, em 30 de junho de 2016, corresponde a R\$1.646.598. Mais detalhes na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Tributos sobre a Receita			
ICMS	260.574	260.574	280.191
COFINS	257.875	256.385	310.829
PIS-PASEP	55.985	55.662	67.461
ISSQN	619	619	399
	575.053	573.240	658.880
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão - RGR	14.364	14.364	15.146
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	37.690	37.690	24.010
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.864	10.864	17.260
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	10.864	10.864	17.260
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	5.432	5.432	8.630
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	9.605	9.605	12.351
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	54.581	54.581	53.411
	143.400	143.400	148.068
	718.453	716.640	806.948

	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Tributos sobre a Receita			
ICMS	132.267	132.267	143.920
COFINS	128.127	126.637	131.167
PIS-PASEP	27.816	27.493	28.464
ISSQN	331	331	177
	288.541	286.728	303.728
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão - RGR	6.286	6.286	7.477
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.968	18.968	11.261
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	5.346	5.346	7.763
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	5.346	5.346	7.763
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.673	2.673	3.881
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	4.803	4.803	6.183
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	27.421	27.421	24.599
	70.843	70.843	68.927
	359.384	357.571	372.655

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal(a)	198.387	197.865	161.118
Participação dos Empregados no Resultado	626	626	37.817
Obrigações Pós-Emprego	35.575	35.575	25.277
Materiais	7.018	7.007	7.605
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	27	27	74.971
Serviços de Terceiros (b)	69.742	69.246	64.282
Depreciação e Amortização	94.083	94.083	144.086
Provisões	51.640	51.640	41.873
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	147.875	147.875	143.560
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.468.153	1.468.153	1.232.789
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	31.634	31.634	56.258
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (e)	32.118	32.113	31.059
	2.136.878	2.135.844	2.020.695

	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Pessoal(a)	100.925	100.403	77.644
Participação dos Empregados no Resultado	626	626	23.207
Obrigações Pós-Emprego	18.994	18.994	12.639
Materiais	4.808	4.797	4.255
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	9	9	(2.547)
Serviços de Terceiros (b)	34.237	33.741	32.181
Depreciação e Amortização	47.124	47.124	68.084
Provisões	29.801	29.801	47.004
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	73.899	73.899	71.342
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	807.835	807.835	625.007
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	24.946	24.946	25.325
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (e)	10.382	10.377	21.647
	1.153.586	1.152.552	1.005.788

a) Despesa com Pessoal	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Remunerações e Encargos	152.300	151.778	138.103
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Cont.Definida	13.270		
		13.270	9.831
Benefícios Assistenciais	18.856	18.856	14.870
	184.426	183.904	162.804
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(3.237)	(3.237)	(2.800)
	181.189	180.667	160.004
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	17.198	17.198	1.114
	198.387	197.865	161.118

a) Despesa com Pessoal	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Remunerações e Encargos	72.273	71.751	66.688
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Cont.Definida	6.097	6.097	4.959
Benefícios Assistenciais	8.326	8.326	7.385
	86.696	86.174	79.032
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(1.654)	(1.654)	(1.820)
	85.042	84.520	77.212
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	15.883	15.883	432
	100.925	100.403	77.644

Para o período de 18 de abril de 2016 a 31 de maio de 2016 a Companhia criou o PDVP, sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O desligamento dos empregados ocorrerá no período de 02 de junho a 20 de outubro de 2016, conforme diretrizes da Companhia e contou com a adesão de 138 empregados. Os valores das rescisões foram integralmente provisionados, conforme demonstrado na tabela acima.

b) Serviços de Terceiros	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Comunicação	2.031	2.031	3.212
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	8.182	8.182	9.090
Conservação e Limpeza de Prédios	13.379	12.921	11.985
Mão de Obra Contratada	2.160	2.160	282
Fretes e Passagens	897	897	1.518
Hospedagem e Alimentação	1.381	1.381	2.231
Vigilância	6.749	6.749	6.974
Consultoria	3.179	3.179	919
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	5.244	5.244	991
Manutenção e Conservação de Veículos	1.672	1.672	1.692
Energia Elétrica	2.468	2.450	1.297
Meio Ambiente	6.457	6.457	9.302
Limpeza de Faixas	1.020	1.020	990
Serviços de Reprografia	562	562	651
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.767	1.767	2.162
Outros	12.594	12.574	10.986
	69.742	69.246	64.282

b) Serviços de Terceiros	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Comunicação	1.185	1.185	2.517
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	5.220	5.220	3.664
Conservação e Limpeza de Prédios	6.163	5.705	6.489
Mão de Obra Contratada	1.381	1.381	189
Fretes e Passagens	568	568	861
Hospedagem e Alimentação	898	898	1.203
Vigilância	3.404	3.404	3.544
Consultoria	1.191	1.191	530
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.556	1.556	651
Manutenção e Conservação de Veículos	867	867	855
Energia Elétrica	1.271	1.253	801
Meio Ambiente	3.498	3.498	3.039
Limpeza de Faixas	543	543	687
Serviços de Reprografia	280	280	322
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.083	1.083	1.064
Outros	5.129	5.109	5.765
	34.237	33.741	32.181

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Energia de curto prazo - CCEE	37.808	37.808	(5.807)
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.573.903	1.573.903	1.318.089
Créditos de PASEP/COFINS	(143.558)	(143.558)	(79.493)
	1.468.153	1.468.153	1.232.789

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Energia de curto prazo - CCEE	27.270	27.270	(26.919)
Energia adquirida no Ambiente Livre	858.039	858.039	689.518
Créditos de PASEP/COFINS	(77.474)	(77.474)	(37.592)
	807.835	807.835	625.007

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	640	640	140
Materiais	19.108	19.108	41.614
Serviços de Terceiros	11.857	11.857	13.627
Outros	29	29	877
	31.634	31.634	56.258

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Pessoal	496	496	104
Materiais	12.900	12.900	15.117
Serviços de Terceiros	11.522	11.522	9.226
Outros	28	28	878
	24.946	24.946	25.325

(e) Outros Custos e Despesas Operacionais	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Arrendamentos e Aluguéis	10.416	10.416	9.538
Propaganda e Publicidade	848	848	377
Subvenções e Doações	1.715	1.715	3.358
Despesa Concessão Onerosa	1420	1420	5445
Contribuição ao MAE	2.061	2.061	2.073
Seguros	1.775	1.775	1.467
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	233	233	524
FORLUZ – Custeio Administrativo	2.783	2.783	2.591
Outros	10.867	10.862	5.686
	32.118	32.113	31.059

(e) Outros Custos e Despesas Operacionais	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Arrendamentos e Aluguéis	4.709	4.709	5.971
Propaganda e Publicidade	167	167	47
Subvenções e Doações	470	470	2.137
Despesa Concessão Onerosa	786	786	1.388
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	244	242	1.209
Contribuição ao MAE	1.026	1.026	1.039
Seguros	727	727	650
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	78	78	229
FORLUZ – Custeio Administrativo	1.441	1.441	1.342
Outros	734	731	7.635
	10.382	10.377	21.647

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	42.918	42.893	43.749
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	6.684	6.684	3.778
Variação Monetária	16.360	16.360	4.061
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	4.987	4.987	-
Ajuste a Valor Presente	721	721	1.107
Rendas de Antecipação de Pagamento	9.357	9.357	-
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(5.108)	(5.108)	-
Variações Cambiais	2.158	2.158	-
Outras	4.734	4.733	10.207
	82.811	82.785	62.902
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(541.819)	(541.819)	(371.994)
Variação Monetária – Forluz	(14.551)	(14.551)	(16.358)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(57.740)	(57.740)	(67.761)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(2.755)	(2.755)	(6.822)
Variações Monetárias	(6.730)	(6.730)	-
Variações Cambiais	(4)	(4)	(4.487)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	(13.844)	(13.844)	-
Outras	(14.453)	(14.453)	(12.565)
	(651.896)	(651.896)	(479.987)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(569.085)	(569.111)	(417.085)

	Consolidado	Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	23.813	23.788	25.787
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.069	3.069	1.891
Variação Monetária	4.852	4.852	2.053
Variação Monetária sobre Depósitos Vinculados	3.275	3.275	-
Ajuste a Valor Presente	377	377	43
Rendas de Antecipação de Pagamento	4.044	4.044	-
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(1.862)	(1.862)	-
Variações Cambiais	2.158	2.158	-
Outras	448	447	4.998
	40.174	40.148	34.772
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(277.360)	(277.360)	(190.753)
Variação Monetária – Forluz	(6.069)	(6.069)	(7.801)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(21.545)	(21.545)	(26.260)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(1.327)	(1.327)	(1.085)
Variações Monetárias	(3.542)	(3.542)	(3.774)
Variações Cambiais	(4)	(4)	-
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	3.972	3.972	-
Outras	(13.515)	(13.515)	(9.840)
	(319.390)	(319.390)	(239.513)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(279.216)	(279.242)	(204.741)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 30/06/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/06/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/06/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/06/2016	Controladora 31/12/2015
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	-	-	(1.736)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (Reapresentado)	-	-	350.000	718.137	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(27.903)	-
Prestação de serviços (3)	1.478	169	-	-	5.032	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.788	5.788	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(194.207)	(30.292)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (4)	-	86.941	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.555	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.432	1.481	-	-	(8.694)	(1.705)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	593	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Aportes para Aumento do Capital Social (5)	-	-	17.640	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.690	1.518	-	-	(73.749)	(7.651)
Contas a Receber (6)	51.397	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber (6)	16.042	60.000	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	94.000	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(10.076)	(6.198)
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	4.924	1.101	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	12.853	11.096	3.097	2.646	57.390	163.245	(18.589)	(4.351)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	4.924	1.563	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	4.321	4.618	-	-	(19.583)	(6.588)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.165	1.245	-	-	(5.208)	(1.207)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 30/06/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/06/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/06/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/06/2016	Controladora 31/12/2015
Outras partes relacionadas								
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	423	593	405	405	36.121	9.927	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	344.286	404.913	-	-	21.018	22.911	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	6.152	6.642	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (7)	-	-	18.594	17.192	-	-	(21.944)	(16.358)
Despesa de Pessoal (8)	-	-	-	-	-	-	(13.271)	(9.831)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(2.783)	(2.591)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	332	332	-	-	(1.992)	(1.945)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (7)	-	-	300.123	293.754	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	20.116	17.913	-	-	(19.620)	(15.417)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	272.841	265.912	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (4) Realizado em fevereiro de 2015, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 135% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA, em função do suprimento de energia. A compensação foi concluída em 15 de março de 2016;
- (5) A Companhia realizou aporte na controlada em conjunto Guanhães Energia S.A., no qual foi liquidado em 01 de julho de 2016. Mais informações estão disponíveis na Nota Explicativa nº 13;
- (6) Refere-se a contas a receber junto à Renova Energia, que será liquidada através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser paga até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- (7) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 20);
- (8) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 24) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (9) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (10) Aluguel do edifício sede;
- (11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 20).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 7, 16 e 23.

Aplicações em fundo de investimento reservado – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2016, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig GT no fundo de investimento estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2016	31/12/2015
				Cemig Geração e Transmissão 21,97%	Cemig Geração e Transmissão 29,71%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.167	3.369
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	11.654	14.807
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	2.200	3.212
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	12.262	15.889
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	5.197	6.461
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	6.496	8.076
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.205	2.988
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	845
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	2.317	-
				43.498	55.647

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos primeiros semestres de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2016	30/06/2015
Remuneração	1.700	723
Participação nos Resultados (Reversão)	(223)	78
Benefícios Assistenciais	173	59
Total	1.650	860

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13 e Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 das usinas de geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Vendas. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 128% da variação do CDI , com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações;
- Passivos financeiros referentes a opções de venda: Foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, ambos trazidos a valor presente na data destas Informações Contábeis Intermediárias.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	Consolidado		Controladora			
	30/06/2016		30/06/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:						
Empréstimos e Recebíveis						
Equiv.de Caixa - Bancos	3.641	3.641	3.581	3.581	1.556	1.556
Equiv.de Caixa - Aplicações	386.079	386.079	370.320	370.320	282.147	282.147
Fundos Vinculados	892	892	892	892	870	870
Consumidores e Revendedores	651.805	651.805	609.807	609.807	970.079	970.079
Bonificação de Outorga	2.262.688	2.262.688	-	-	-	-
Concessionários – Transp. de Energia	40.758	40.758	40.758	40.758	37.942	37.942
Ativos Financ.da Concessão	2.193.022	2.193.022	2.193.022	2.193.022	1.600.553	1.600.553
	5.538.885	5.538.885	3.218.380	3.218.380	2.893.147	2.893.147
Mantidos até o Vencimento						
Títulos e Valores Imobiliários	19.840	19.767	19.840	19.767	145.406	145.009
Valor justo por meio do resultado:						
Mantidos para negociação						
Títulos e Valores Mobiliários	272.647	272.647	272.647	272.647	1.771.398	1.771.398
Passivos Financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Opções de venda SAAG	173.625	173.625	173.625	173.625	147.614	147.614
Fornecedores						
Fornecedores	368.506	368.506	368.100	368.100	331.823	331.823
Concessões a Pagar	849.939	847.037	849.939	847.037	21.389	19.275
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	8.057.399	7.881.498	8.057.399	7.881.498	7.739.072	7.708.514
Dívida Pactuada com Forluz	184.037	184.037	184.037	184.037	183.659	183.659
	9.459.881	9.281.078	9.459.475	9.280.672	8.275.943	8.243.271
	15.464.878	15.286.002	13.143.967	12.965.091	13.233.508	13.200.439

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado 30/06/2016	Controladora	
		30/06/2016	31/12/2015
Ativos			
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	386.079	370.320	282.147
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	292.487	292.487	1.916.804
Fundos Vinculados	892	892	870
	679.458	663.699	2.199.821
Passivos			
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(6.710.865)	(6.710.865)	(6.410.864)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(85.108)	(85.108)	(89.989)
	(6.795.973)	(6.795.973)	(6.500.853)
Passivo Líquido Exposto	(6.116.515)	(6.132.274)	(4.301.032)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 30 de junho de 2017, as taxas SELIC e TJLP serão de 12,75% e 7,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais Consolidado	30/06/2016	30 de junho de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 12,75% TJLP 7,00%	Cenário Possível SELIC 15,94% TJLP 8,75%	Cenário Remoto SELIC 19,13% TJLP 10,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	386.079	435.304	447.620	459.936
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	292.487	329.779	339.109	348.440
Fundos Vinculados	892	1.006	1.034	1.063
	679.458	766.089	787.763	809.439
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 18)	(6.710.865)	(7.566.500)	(7.780.577)	(7.994.653)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 18)	(85.108)	(91.066)	(92.555)	(94.044)
	(6.795.973)	(7.657.566)	(7.873.132)	(8.088.697)
Passivo Líquido Exposto	(6.116.515)	(6.891.477)	(7.085.369)	(7.279.258)
Efeito Líq.da Variação das Taxas de Juros		(774.962)	(968.854)	(1.162.743)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia não está exposta ao risco de elevação da inflação em 30 de junho de 2016 em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Ativos			
Bonificação de outorga - IPCA	2.262.688	-	-
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA	1.646.598	1.646.598	1.054.129
Passivos			
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.251.924)	(1.251.924)	(1.226.592)
Concessão Onerosa - IPCA	(827.921)	(827.921)	-
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(184.037)	(184.037)	(183.659)
Ativo Líquido	1.645.404	(617.284)	(356.122)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2017, a taxa IPCA será de 5,71%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação Consolidado	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,71%	Cenário Possível 7,14%	Cenário Remoto IPCA 8,57%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA	1.646.598	1.740.655	1.764.165	1.787.711
(-) Bonificação de Outorga - IPCA	2.262.688	2.391.937	2.424.244	2.456.600
	3.909.286	4.132.592	4.188.409	4.244.311
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.251.924)	(1.323.436)	(1.341.311)	(1.359.214)
Concessão Onerosa - IPCA	(827.921)	(875.213)	(887.035)	(898.874)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(184.037)	(192.564)	(194.693)	(196.828)
	(2.263.882)	(2.391.213)	(2.423.039)	(2.454.916)
Ativo Líquido	1.645.404	1.741.379	1.765.370	1.789.395
Efeito Líquido da Variação da inflação		95.975	119.966	143.991

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa nº 1.

O fluxo de pagamentos consolidado das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	360.700	7.806	-	-	-	368.506
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	158.918	735.907	3.207.897	5.230.580	483.956	9.817.258
Concessões a pagar	828.159	701	1.831	9.408	13.379	853.478
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.391	7.225	19.882	132.372	114.216	276.086
	1.350.168	751.639	3.229.610	5.372.360	611.551	11.315.328

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 30 de junho de 2016, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$5.112.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”) de certificação anual, que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a Cemig GT a providenciar, em até 6 meses contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“*Covenants*”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Em 30 de junho de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado
Total do Passivo	11.665.090	11.661.377	10.664.552
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(389.720)	(373.901)	(283.703)
Passivo Líquido	11.275.370	11.287.476	10.380.849
Total do Patrimônio Líquido	5.195.832	5.195.832	4.693.812
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,17	2,17	2,21

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Consolidado	Saldo em 30/06/2016	Valor justo em 30 de junho de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	27.082	-	27.082	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	163.104	-	163.104	-
Letras Financeiras do Tesouro	37.885	37.885	-	-
Debêntures	44.576	-	44.576	-
Bonificação de Outorga	2.262.688	-	2.262.688	-
	2.535.335	37.885	2.497.450	
Passivos				
Opções de venda SAAG (1)	(173.625)	-	-	(173.625)
	(173.625)	-	-	(173.625)
	2.361.710	37.885	2.497.450	(173.625)

Controladora	Saldo em 30/06/2016	Valor justo em 30 de junho de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	27.082	-	27.082	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	163.104	-	163.104	-
Letras Financeiras do Tesouro	37.885	37.885	-	-
Debêntures	44.576	-	44.576	-
	272.647	37.885	234.762	-
Passivos				
Opções de venda SAAG (1)	(173.625)	-	-	(173.625)
	(173.625)	-	-	(173.625)
	99.022	37.885	234.762	(173.625)

(1) Detalhes sobre características, variações reconhecidas no resultado e análise de sensibilidade estão demonstradas na Nota Explicativa 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Metodologia de cálculo do valor justo

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo da opção da SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios da Companhia. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, à taxa de 8% ao ano.

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de três meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015 estão apresentados nas tabelas a seguir:

Consolidado	30 de junho de 2016 Reapresentado		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	14.378.127	2.482.795	16.860.922
INVESTIMENTO	6.194.534	-	6.194.534
ADIÇÕES AO SEGMENTO	678.332	-	678.332
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	1.440.630	31.634	1.472.264
RECEITA LÍQUIDA	2.585.689	761.129	3.346.818
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.468.153)	-	(1.468.153)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(147.714)	(161)	(147.875)
	(1.615.867)	(161)	(1.616.028)
CUSTO E DESPESAS DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(136.007)	(62.380)	(198.387)
Participação dos Empregados	(12)	(614)	(626)
Obrigação Pós Emprego	(24.528)	(11.047)	(35.575)
Material	(5.056)	(1.962)	(7.018)
Matéria – Prima e Insumos para Prod.de Energia	(27)	-	(27)
Serviços de Terceiros	(55.098)	(14.644)	(69.742)
Depreciação e Amortização	(101.035)	6.952	(94.083)
Provisões	(46.339)	(5.301)	(51.640)
Custo de Construção	-	(31.634)	(31.634)
Outras	(29.148)	(2.970)	(32.118)
	(397.250)	(123.600)	(520.850)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.013.117)	(123.761)	(2.136.878)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(131.375)	-	(131.375)
		-	-
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	441.197	637.368	1.078.565
Receitas Financeiras	80.637	2.174	82.811
Despesas Financeiras	(649.418)	(2.478)	(651.896)
Resultado antes do IR e CSLL	(127.584)	637.064	509.480
Imposto de Renda e Contribuição Social	(169)	(28.385)	(28.554)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.007)	(169.276)	(170.283)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(128.760)	439.403	310.643

Controladora	30 de junho de 2015 (Reapresentado)		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	11.744.220	1.408.028	13.152.248
INVESTIMENTOS	5.691.235	-	5.691.235
ADIÇÕES AO SEGMENTO	401.698		401.698
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	56.258	56.258
RECEITA LÍQUIDA	4.178.172	243.196	4.421.368
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.232.789)	-	(1.232.789)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(143.430)	(130)	(143.560)
	(1.376.219)	(130)	(1.376.349)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(100.367)	(60.751)	(161.118)
Participação dos Empregados no Resultado	(29.495)	(8.322)	(37.817)
Obrigações Pós Emprego	(17.138)	(8.139)	(25.277)
Materiais	(5.468)	(2.137)	(7.605)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(74.971)	-	(74.971)
Serviços de Terceiros	(48.803)	(15.479)	(64.282)
Depreciação e Amortização	(144.086)	-	(144.086)
Provisões	(43.005)	1.132	(41.873)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(56.258)	(56.258)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(24.461)	(6.598)	(31.059)
	(487.794)	(156.552)	(644.346)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.864.013)	(156.682)	(2.020.695)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(103.273)	-	(103.273)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	734.530	-	734.530
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	2.945.416	86.514	3.031.930
Receitas Financeiras	47.212	15.690	62.902
Despesas Financeiras	(385.182)	(94.805)	(479.987)
Resultado antes do IR e CSLL	2.607.446	7.399	2.614.845
Imposto de Renda e Contribuição Social	(826.562)	(3.095)	(829.657)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.780.884	4.304	1.785.188

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os trimestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	734.530
Ativos aportados na Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	581.114
Aporte de Capital na Amazônia Energia	-	-	36.393
Aporte de Capital na Aliança Norte	-	-	22.378
Aporte de Ativos na Constituição das SPEs	-	1.479.304	-
Concessão Onerosa	775.723	775.723	-
Receita de construção	31.634	31.634	56.258
	807.357	2.286.661	1.430.673

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Principais captações e amortizações de dívidas:

Segue tabela com as principais captações e amortizações de dívidas:

	Companhia	Data	Valores em milhões de Reais (R\$)	Vencimento	Taxa contratada
7ª emissão de notas promissórias comerciais	Cemig GT	01/07/2016	620	26/06/2017	128% CDI
Emissão de Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil)	Cemig GT	24/10/2016	600	4 parcelas semestrais com vencimento final em outubro 2018	132,90% CDI
Pagamento de empréstimos (Banco do Brasil)	Cemig GT	24/10/2016	(716)	-	-
Pagamento de debentures (4ª Emissão)	Cemig GT	23/12/2016	(575)	-	-
Pagamento de notas promissórias (6ª emissão)	Cemig GT	29/12/2016	(1.685)	-	-
7ª Emissão de debentures	Cemig GT	29/12/2016	2.240	Vencimento em 5 anos	140% CDI
Pagamento de Debentures (3ª emissão)	Cemig GT	15/02/2017	(629)	-	-

Concessão da UHE Miranda

Em 26 de outubro de 2016, o Ministério de Minas e Energia indeferiu o requerimento administrativo formulado pela Cemig GT de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda observando-se as bases originais do contrato de concessão, anteriores à Lei nº 12.783/2013. O término da concessão da UHE Miranda ocorrerá em dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de Miranda, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Volta Grande

Em 21 de março de 2017, através da Resolução nº 2.208, a Aneel homologou a RAG da UHE Volta Grande em regime de cotas, em prestação temporária de serviço de geração de energia elétrica pela Cemig GT até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

Requerimentos de Instauração de Processos Administrativos no Ministério de Minas e Energia – Concessões das UHE's de Volta Grande, Jaguara, São Simão e Miranda

A Cemig GT reiterou, em fevereiro de 2017, junto ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), seu pedido de prorrogação, por 20 (vinte) anos, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/97, dos prazos de concessão das UHE's de Jaguara, São Simão e Miranda, e, subsidiariamente, requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que: I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018; II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro. Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997, a Cemig GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/1997.

Nesta mesma data, a Companhia protocolizou junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Decisão Liminar no Mandado de Segurança da Usina de São Simão

O Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) concedeu a liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina Hidrelétrica de São Simão (“UHE São Simão”), em Minas Gerais, nas bases iniciais do Contrato de Concessão n.º 007/97, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança nº 21.465, no STJ, impetrado pela Companhia.

Conforme movimentação processual no sítio do STJ (06/03/2017, às 20h14) e certidão STJ nº 1783814 (gerada em 07/03/2017, às 06h47), foi “concedida a medida liminar de CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A até a conclusão do julgamento do presente mandado de segurança, para permitir que a ora impetrante permaneça na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/97”.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 21.465/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Revogação da liminar na Ação Cautelar 3980/STF - Usina Jaguará

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará (“UHE Jaguará”) sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97.

Conforme movimentação processual no sítio do STF (21/03/2017), foi “revogada a liminar anteriormente concedida, determinando o seguimento da demanda, com envio dos autos à d. PGR, para manifestação de estilo nos autos do RMS nº 34.203”.

Alienação de Parques Eólicos pela Renova

Em 13 de janeiro de 2017, a Renova Energia acordou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”).

Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R\$ 600 milhões e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico (“SPEs”) que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias (“Transação”).

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$700 milhões a título de earn-out, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$50 milhões ficarão retidos em conta vinculada (*escrow account*) e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

O valor total de aquisição de R\$ 650 milhões anunciado em janeiro de 2017 fazia referência ao valor de R\$ 600 milhões a ser pago pela aquisição, somado ao valor retido em conta vinculada de R\$ 50 milhões mencionado no parágrafo anterior.

Em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do contrato de compra e venda de ações (“CCVA”). O fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

Considerando o período de adesão dos empregados, não é possível estimar os efeitos nas demonstrações financeiras da Cemig em 2017.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Cemig deliberou autorizar o aporte de capital, na Cemig GT, no montante de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Investimento na Madeira Energia – resultado do processo de arbitragem

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº13, a Cemig e a SAAG instauraram processo de arbitragem tendo a MESA como parte, sendo que em novembro de 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia não espera perdas na realização dos créditos a receber referente a indenização de transmissão, com maiores detalhes sobre os saldos a receber e critérios de atualização na Nota Explicativa nº 12.

DESEMPENHO ECONÔMICO–FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

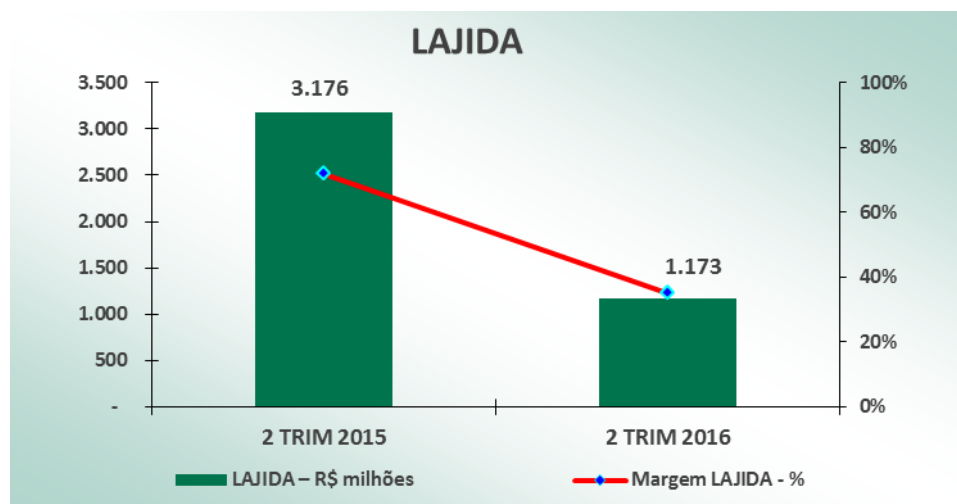
Resultado do Período

A Companhia apresentou, no primeiro semestre de 2016, lucro líquido de R\$310.643, em comparação ao lucro de R\$1.785.188 no mesmo período de 2015. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou redução no primeiro semestre de 2016 em comparação como mesmo período de 2015, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA R\$mil	30/06/2016	30/06/2015	Var%
Resultado do Período	310.643	1.785.188	(82,60)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	198.837	829.657	(76,03)
+ Resultado Financeiro Líquido	569.085	417.085	36,44
+ Amortização e Depreciação	94.083	144.086	(34,70)
= LAJIDA	1.172.648	3.176.016	(63,08)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA, no primeiro semestre de 2016, apresentou uma redução de 63,08% em comparação ao mesmo período de 2015 em função principalmente da redução da receita e do ganho extraordinário em 2015 referente a reorganização societária. Mais detalhes sobre os eventos que impactaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. A margem do LAJIDA apresentou uma redução passando de 71,83% no primeiro semestre de 2015 para 35,04% no primeiro semestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado			Controladora		
	30/06/2016			30/06/2015		
	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	7.412.716	1.653.775	223,10	9.340.782	1.788.464	191,47
Comercial	372.147	97.426	261,79	185.684	44.591	240,14
Subtotal	7.784.863	1.751.201	224,95	9.526.466	1.833.055	192,42
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	68.100	-	-	(2.475)	-
	7.784.863	1.819.301	-	9.526.466	1.830.580	-
Suprim. Outras Concessionárias	5.864.013	1.215.637	207,30	7.120.875	1.508.129	211,79
Suprim. não Faturado Líquido	-	(206)	-	-	(91.800)	-
	13.648.876	3.034.732	-	16.647.341	3.246.909	-

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.034.732 no primeiro semestre de 2016 em comparação a R\$3.246.909 no mesmo período de 2015, representando redução de 6,53% decorrente, principalmente, da redução de 18,01% na quantidade de energia comercializada, em função da contínua retração da atividade econômica em âmbito nacional, compensada, parcialmente, pelo aumento no preço médio/MWh faturado.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$192.100 no primeiro semestre de 2016 comparado a R\$161.604 no mesmo período de 2015, representando crescimento de 18,87%. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2015, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$51.853 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$1.699.559 no mesmo período de 2015, redução de 96,95%. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Redução de 87,51% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$48,53/MWh em 2016 e R\$388,48/MWh em 2015);
- Redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

Receita de Indenização de Transmissão

No primeiro semestre de 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$592.469, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157.106 em 23 de fevereiro de 2015, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R\$43.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$718.453 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$806.948 no mesmo período de 2015, apresentando uma redução de 10,97%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.136.878 no primeiro semestre de 2016 em comparação com R\$2.020.695 no mesmo período de 2015, representando aumento de 5,75%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.468.153 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$1.232.789 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 19,09%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 22,85% no volume de energia comprada em 2016 (9.431.904 MWh) comparado com 2015 (7.677.825 MWh), parcialmente compensado pela redução no preço médio/MWh em 2016 (R\$155,66) comparado com 2015 (R\$160,56).

Matéria-Prima

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$27 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$74.971 no mesmo período de 2015. Este resultado é decorrente do desligamento da UTE Igarapé, a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS). Dessa forma, a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação da usina.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$198.387 no primeiro semestre de 2016 comparada a R\$161.118 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 23,13%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no primeiro semestre de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de empregados no montante de R\$17.198.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$626 no primeiro semestre de 2016 comparado ao valor de R\$37.817 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do lucro da Companhia uma vez que trata-se de despesa calculada sobre o lucro apurado.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 43,77%, R\$31.634 no primeiro semestre de 2016 em comparação a R\$56.258 no mesmo período de 2015. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$438.051 no primeiro semestre de 2016 comparado ao valor de R\$457.742 no mesmo período de 2015, representando decréscimo de 4,30%.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, no primeiro semestre de 2015, receita de R\$734.530 envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$569.085 no primeiro semestre de 2016 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$417.085 no mesmo período de 2015, um crescimento de 36,44%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Receita com atualização monetária sobre depósitos vinculados a litígios: reconhecimento da receita com variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios que apresentou um acréscimo na receita financeira no valor de R\$4.987 no primeiro semestre de 2016;
- Rendas de Antecipação de Pagamento no valor de R\$9.357 no primeiro semestre de 2016;
- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: R\$5.108 no primeiro semestre de 2016 decorrente da entrada em vigor, a partir de julho de 2015, do Decreto 8.426/2015, que estabeleceu as alíquotas para o PASEP e COFINS (0,65% e 4% respectivamente) incidentes sobre as receitas financeiras;

- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$541.819 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$371.994 no mesmo período de 2015, um crescimento de 45,65% decorrente, principalmente, do maior volume de recursos indexados ao CDI aliado à maior variação do indexador (6,72% em 2016 e 5,92% em 2015);
- Variação monetária – Obrigações com a CCEE: Com a suspensão dos efeitos da liminar que tinha por objetivo evitar a exposição em decorrência do ajuste do MRE, provocada pelo GSF menor que 1, em dezembro de 2015 houve a devolução da receita adicional recebida no período de maio a novembro de 2015. No período de janeiro a abril de 2016 a CCEE contabilizou a variação monetária correspondente ao período em que os recursos ficaram à disposição da Companhia o que levou ao reconhecimento de despesa financeira líquida no valor de R\$13.844 no primeiro semestre de 2016.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro semestre de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$198.837 em relação ao resultado de R\$509.480 milhões antes dos efeitos fiscais.

No primeiro semestre de 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$829.657 em relação ao resultado de R\$2.614.845 antes dos efeitos fiscais.

As taxas efetivas dos impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Informações Contábeis Intermediárias.

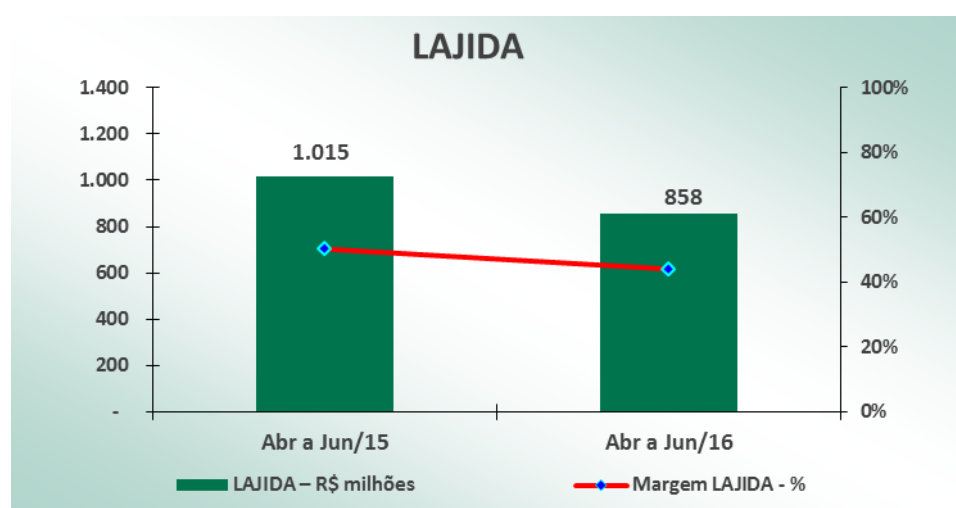
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2016, lucro de R\$371.940, em comparação ao lucro de R\$472.059 no mesmo período de 2015. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou redução no segundo trimestre de 2016 em comparação como mesmo período de 2015, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA R\$mil	Abr a jun/16	Abr a jun/15	Var%
Resultado do Período	371.940	472.059	(21,21)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	159.813	269.699	(40,74)
+ Resultado Financeiro Líquido	279.216	204.741	36,38
+ Amortização e Depreciação	47.124	68.084	(30,79)
= LAJIDA	858.093	1.014.583	(15,42)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA no segundo trimestre de 2016 apresentou uma redução de 15,42% em comparação ao mesmo período de 2015. Mais detalhes sobre os eventos que impactaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. A margem do LAJIDA passou de 50,27% no segundo trimestre de 2015 para 44,10% no segundo trimestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado			Controladora		
	Abr a Jun 2016			Abr a Jun 2015		
	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	3.602.752	823.050	228,45	4.650.249	924.421	198,79
Comercial	207.548	55.979	269,72	94.983	22.930	241,41
Subtotal	3.810.300	879.029	230,70	4.745.232	947.351	199,64
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(4.300)	-	-	(29.801)	-
	3.810.300	874.729	-	4.745.232	917.550	-
Suprim. Outras Concessionárias (**)	3.136.067	680.299	216,93	3.011.388	659.760	219,09
Suprim. não Faturado Líquido	-	(56.498)	-	-	(51.600)	-
	6.946.367	1.498.530		7.756.620	1.525.710	

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.498.530 no segundo trimestre de 2016 em comparação a R\$1.525.710 no mesmo período de 2015, representando crescimento de 1,78% decorrente, principalmente, da redução de 10,45% na quantidade de energia comercializada, em função da contínua retração da atividade econômica em âmbito nacional, compensado, parcialmente, pelo aumento no preço médio/MWh faturado,

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$97.617 no segundo trimestre de 2016 comparado a R\$81.342 no mesmo período de 2015, representando crescimento de 20,01%. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2015, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$47.553 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$699.605 no mesmo período de 2015, redução de 93,20%. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos a seguir:

- Redução de 82,52% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$62,37/MWh no segundo trimestre de 2016 e R\$356,81/MWh no mesmo período de 2015);
- Redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

Receita de Indenização de Transmissão

No segundo trimestre de 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$561.225, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, em 23 de fevereiro de 2015 no valor de R\$1.157.106, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a.;
- R\$12.491 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$359.384 no segundo trimestre de 2016 a R\$372.655 no mesmo período de 2015, apresentando uma redução de 3,56%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.153.586 no segundo trimestre de 2016 em comparação a R\$1.005.788 no mesmo período de 2015, representando crescimento de 14,69%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$807.835 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$625.007 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 29,25%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 5,27% no preço médio do MWh (R\$164,15 em 2016 e R\$155,93 em 2015) aliado ao aumento de 22,78% no volume de energia comprada em 2016 (4.921.224 MWh) comparado com 2015 (4.008.140 MWh).

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$100.925 no segundo trimestre de 2016 comparada a R\$77.644 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 29,98%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no segundo trimestre de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de empregados no montante de R\$15.883.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$626 no segundo trimestre de 2016 comparado ao valor de R\$23.207 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do lucro da Companhia uma vez que trata-se de despesa calculada sobre o lucro apurado.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 1,5%, R\$24.946 no segundo trimestre de 2016 em comparação a R\$25.325 no mesmo período de 2015. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$29.801 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$47.004 no mesmo período de 2015, uma redução de 36,60%. Esta variação decorre, basicamente, da constituição da provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A. que, no segundo trimestre e 2015 representou um valor de R\$46.251 comparados a R\$16.520 no mesmo período de 2016.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$189.453 no segundo trimestre de 2016 comparado ao valor de R\$207.601 no mesmo período de 2015, representando decréscimo de 8,74%.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou receita de R\$18.799 no período de abril a junho de 2016 na comparação ao prejuízo de R\$65.980 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre, principalmente, dos efeitos das participações na Madeira Energia, Renova e Guanhães Energia cujo resultado de equivalência patrimonial, no segundo trimestre de 2015, foi prejuízo de R\$71.359. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$279.216 no segundo trimestre de 2016 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$204.741 no mesmo período de 2015, um crescimento de 36,38%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Rendas de Antecipação de Pagamento no valor de R\$4.044 no segundo trimestre de 2016;
- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: R\$1.862 no segundo trimestre de 2016 decorrente da entrada em vigor, a partir de julho de 2015, do Decreto 8.426/2015, que estabeleceu as alíquotas para o PASEP e COFINS (0,65% e 4% respectivamente) incidentes sobre as receitas financeiras;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$277.360 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$190.753 no mesmo período de 2015, um crescimento de 45,40% decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados com indexação ao CDI aliado à maior variação do indexador (3,31% em 2016 e 2,98% em 2015);

- Variação monetária – Obrigações com a CCEE: Com a suspensão dos efeitos da liminar que tinha por objetivo evitar a exposição em decorrência do ajuste do MRE, provocada pelo GSF menor que 1, em dezembro de 2015 houve a devolução da receita adicional recebida no período de maio a novembro de 2015. Em janeiro de 2016 a CCEE contabilizou a variação monetária correspondente ao período em que os recursos ficaram à disposição da Companhia. . No segundo trimestre de 2016, em função de recontabilizações processadas pela CCEE, a Companhia estornou o valor de R\$3.708 do total de despesa reconhecido anteriormente.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$159.813 em relação ao resultado de R\$531.753 milhões antes dos efeitos fiscais.

No segundo trimestre de 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$269.699 em relação ao resultado de R\$741.758 antes dos efeitos fiscais.

As taxas efetivas dos impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Informações Contábeis Intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES (Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2016 - REAPRESENTADO																	
DESCRIÇÃO	CEMIG GT	GER. TRÊS MARIAS	GER. SALTO GRANDE	GER. ITUTINGA	GER. CAMARGOS	GER. SUL	GER. LESTE	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	MADEIRA	RENOVA	ALIANÇA GERAÇÃO	AMAZÔNIA	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	16.857.209	1.317.053	413.409	155.277	116.427	152.236	103.242	62.875	(2.316.807)	16.860.922	2.519.607	2.102.152	1.188.680	651.556	1.481.353	(4.321.181)	20.483.089
Caixa e Equivalentes de Caixa	373.901	7.992	2.543	1.243	936	1.348	1.000	757	-	389.720	51.076	35.971	128.653	172	96.030	-	701.622
Contas a Receber	650.565	21.501	6.839	3.415	2.516	3.521	2.234	1.972	-	692.563	31.936	16.531	39.822	-	30.430	(1.254)	810.028
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financ.	292.487	-	-	-	-	-	-	-	-	292.487	-	9	-	-	72.038	-	364.534
Tributos	214.181	-	-	-	-	-	-	-	-	214.181	62.284	8.057	5.804	9	3.414	-	293.749
Outros Ativos	889.122	-	-	-	-	-	-	14	(630)	888.507	141.159	30.736	131.133	-	385.999	(177.292)	1.400.242
Invest./Imob./Intang./Ativo Fin. de Concessão	14.436.953	1.287.560	404.027	150.619	112.975	147.367	100.008	60.132	(2.316.177)	14.383.464	2.233.152	2.010.848	883.268	651.375	893.442	(4.142.635)	16.912.914
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.857.209	1.317.053	413.409	155.277	116.427	152.236	103.242	62.875	(2.316.807)	16.860.922	2.519.607	2.102.152	1.188.680	651.556	1.481.353	(4.321.181)	20.483.089
Fornecedores e suprimentos	368.100	4	8	61	26	288	-	19	-	368.506	90.786	194.524	18.731	71	12.889	(53.635)	631.872
Empréstimo, Financ. e Debêntures	8.057.399	-	-	-	-	-	-	-	-	8.057.399	1.489.342	920.899	119.633	-	378.681	-	10.965.954
Juros sobre capital próprio e Dividendos	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	-	-	-	-	9.539	(9.539)	350.000
Obrigações Pós-Emprego	744.913	-	-	-	-	-	-	-	-	744.913	-	-	-	-	-	-	744.913
Tributos	891.860	1.727	547	278	199	333	178	152	-	895.274	41.611	83.739	28.561	2	12.088	-	1.061.275
Outros Passivos	1.249.105	249	114	116	-	28	14	1	(630)	1.248.998	143.000	68.256	139.040	-	55.565	(121.616)	1.533.243
Patrimônio Líquido	5.195.832	1.315.073	412.740	154.822	116.202	151.587	103.050	62.703	(2.316.177)	5.195.832	754.868	834.734	882.715	651.483	1.012.591	(4.136.391)	5.195.832
RESULTADO																	
Receita Operacional Líquida	3.298.971	24.682	7.840	3.822	2.820	3.950	2.575	2.158	-	3.346.818	128.648	75.817	184.801	-	76.700	(72.629)	3.740.155
Custos e Despesas Operacionais	(2.135.844)	(252)	(122)	(190)	(30)	(386)	(15)	(39)	-	(2.136.878)	(69.754)	(227.628)	(77.741)	(546)	(37.609)	(124.743)	(2.674.899)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.468.153)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.468.153)	(8.075)	(43.906)	(12.718)	-	(4.942)	66.829	(1.470.965)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(147.875)	-	-	-	-	-	-	-	-	(147.875)	(31.068)	(2.327)	(8.726)	-	(3.954)	302	(193.648)
Custo de construção	(31.634)	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.634)	-	-	-	-	-	-	(31.634)
Pessoal	(197.865)	(249)	(114)	(116)	-	(28)	(14)	(1)	-	(198.387)	(3.761)	(5.176)	(6.660)	-	(2.858)	-	(216.842)
Participação dos Empregados no Resultado	(626)	-	-	-	-	-	-	-	-	(626)	-	-	(1.566)	-	-	-	(2.192)
Obrigações Pós-Emprego	(35.575)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.575)	-	-	-	-	-	-	(35.575)
Materiais	(7.034)	(3)	-	(1)	(7)	-	-	-	-	(7.045)	(733)	(1.236)	(390)	-	(404)	-	(9.808)
Serviços de Terceiros	(69.246)	-	(8)	(73)	(23)	(358)	(1)	(33)	-	(69.742)	(5.042)	(9.688)	(15.688)	(498)	(7.073)	5.498	(102.233)
Depreciação e Amortização	(94.083)	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.083)	(32.349)	(142.560)	(30.907)	(1)	(15.302)	(207.917)	(523.119)
Provisões Operacionais	(51.640)	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.640)	11.866	-	642	-	358	-	(38.774)
Outras Despesas Líquidas	(32.113)	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(32.118)	(592)	(22.735)	(1.728)	(47)	(3.434)	10.545	(50.109)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financ.	1.163.127	24.430	7.718	3.632	2.790	3.564	2.560	2.119	-	1.209.940	58.894	(151.811)	107.060	(546)	39.091	(197.372)	1.065.256
Resultado de Equivalência Patrimonial	(86.061)	-	-	-	-	-	-	-	(45.314)	(131.375)	-	(6.037)	(671)	120	(10.741)	290.938	142.234
Resultado com Reorganização Societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	82.785	13	4	2	2	2	2	1	-	82.811	11.161	49.652	8.815	10	8.634	-	161.083
Despesa Financeira	(651.896)	-	-	-	-	-	-	-	-	(651.896)	(75.629)	(54.315)	(11.923)	(2)	(20.932)	-	(814.697)
Resultado antes do IR e CSLL	507.955	24.443	7.722	3.634	2.792	3.566	2.562	2.120	(45.314)	509.480	(5.574)	(162.511)	103.281	(418)	16.052	93.566	553.876
Imposto de Renda e Contribuição Social	(197.312)	(792)	(250)	(121)	(89)	(125)	(81)	(67)	-	(198.837)	(3.667)	(11.155)	(26.293)	(2)	(3.279)	-	(243.233)
Resultado do Período	310.643	23.651	7.472	3.513	2.703	3.441	2.481	2.053	(45.314)	310.643	(9.241)	(173.666)	76.988	(420)	12.773	93.566	310.643

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga
Diretor Vice-Presidente
(cumulativamente)

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretor de Relações e Recursos
Humanos

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Dimas Costa
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.
A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4 e 31 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Em 11 de novembro de 2016, emitimos relatório de revisão sem ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir (1) alteração da apresentação do fluxo de caixa para adequada apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga na atividade operacional no fluxo de caixa, conforme previsto no IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e (2) eventos subsequentes ocorridos entre a data base dessas informações contábeis intermediárias e a data de aprovação para reapresentação dessas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e 31 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.
A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2016 Deloitte Touche Tohmatsu.

